

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

FISCAL DE TRIBUTOS

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cento e vinte questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **6 (seis) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **1 hora e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
 - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
 - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
 - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
 - Assine seu nome apenas nos espaços reservados
 - Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
 - Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
 - A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
 - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa prova!

Língua Portuguesa

Texto 1 – Cercados de objetos por todos os lados

Nunca possuímos tantas coisas como hoje, mesmo que as utilizemos cada vez menos. As casas em que passamos tão pouco tempo são repletas de objetos. Temos uma tela de plasma em cada aposento, substituindo televisores de raios catódicos que há apenas cinco anos eram de última geração. Temos armários cheios de lençóis; acabamos de descobrir um interesse obsessivo pelo “número de fios”. Temos guarda-roupas com pilhas de sapatos. Temos prateleiras de CDs e salas cheias de jogos eletrônicos e computadores. Temos jardins equipados com carrinhos de mão, tesouras, podões e cortadores de grama. Temos máquinas de remo em que nunca nos exercitamos, mesa de jantar em que não comemos e fornos triplos em que não cozinhamos. São os nossos brinquedos: consolos às pressões incessantes por conseguir o dinheiro para comprá-los, e que, em nossa busca deles nos infantilizam. [...]

Exatamente como quando as marcas de moda põem seus nomes em roupas infantis, uma cozinha nova de aço inoxidável nos concede o alibi do altruísmo quando a compramos. Sentimo-nos seguros acreditando não se tratar de caprichos, mas de investimento na família. E nossos filhos possuem brinquedos de verdade: caixas e caixas de brinquedos que eles deixam de lado em questão de dias. E, com infâncias cada vez mais curtas, a natureza desses brinquedos também mudou. O Mc Donald’s se tornou o maior distribuidor mundial de brinquedos, quase todos usados, para fazer *merchandising* de marcas ligadas a filmes. [...]

Na minha vida, devo admitir que andei fascinado pelo brilho do consumo e ao mesmo tempo enojado e com vergonha de mim mesmo diante do volume do que nós todos consumimos e da atração superficial, mas forte, que a fábrica do querer exerce sobre nós. (Sudjic, Deyan. *A linguagem das coisas*, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.)

1

“Nunca possuímos tantas coisas como hoje, mesmo que as utilizemos cada vez menos”.

A forma de reescrever esse período do texto 1 que indica incorreção ou modificação de seu sentido original é:

- (A) Nunca possuímos tantas coisas como hoje, conquanto as utilizemos cada vez menos.
- (B) Nunca possuímos tantas coisas como hoje, apesar de as utilizarmos cada vez menos.
- (C) Nunca possuímos tantas coisas como hoje, não obstante utilizarmos-las cada vez menos.
- (D) Nunca possuímos tantas coisas como hoje, malgrado as utilizemos cada vez menos.
- (E) Nunca possuímos tantas coisas como hoje, no entretanto as utilizamos cada vez menos.

2

“Nunca possuímos tantas coisas como hoje, mesmo que as utilizemos cada vez menos. As casas em que passamos tão pouco tempo são repletas de objetos”.

Se reescrevermos o segundo período com estrutura semelhante ao primeiro, sua forma correta e coerente será:

- (A) As casas são repletas de objetos ainda que passemos tão pouco tempo nelas.
- (B) Mesmo que as casas sejam repletas de objetos, passamos muito pouco tempo nelas.
- (C) Apesar de as casas serem repletas de objetos, passamos muito pouco tempo nelas.
- (D) As casas estão repletas de objetos, mas, apesar disso, passamos tão pouco tempo nelas.
- (E) As casas que estão repletas de objetos não passamos pouco tempo nelas.

3

“Exatamente como quando as marcas de moda põem seus nomes em roupas infantis, uma cozinha nova de aço inoxidável nos concede o alibi do altruísmo quando a compramos”.

Sobre a estrutura e o significado desse segmento do texto 1, a única observação inadequada é:

- (A) o segmento se estrutura a partir de uma comparação;
- (B) a palavra “alibi” indica que a ação praticada tem outra motivação além da aparente;
- (C) “roupas infantis” e “cozinha nova de aço inoxidável” ocupam espaços estruturais semelhantes no segmento;
- (D) as marcas de moda também estão sendo altruístas ao demonstrarem interesse pelas crianças;
- (E) o pronome “a” estabelece coesão com o termo anterior “cozinha nova de aço inoxidável”.

4

O título dado ao texto 1 – Cercados de objetos por todos os lados – mostra:

- (A) a presença da intertextualidade, já que reproduz uma definição clássica dos livros didáticos;
- (B) um exemplo de hipérbole, figura marcada pelo exagero;
- (C) uma estrutura sem verbo, reproduzindo as manchetes sensacionalistas dos jornais;
- (D) uma frase de conteúdo crítico, pois coloca o homem como vítima de um consumismo exagerado;
- (E) o interesse do autor em adotar um discurso religioso, transcrevendo trecho da Bíblia.

5

“Temos uma tela de plasma em cada aposento, substituindo televisores de raios catódicos que há apenas cinco anos eram de última geração”.

Nesse segmento do texto 1, o autor tem por objetivo:

- (A) valorizar a atualização tecnológica;
- (B) exaltar o consumo que gera desenvolvimento;
- (C) criticar a exibição gratuita de riqueza;
- (D) destacar o consumismo inútil;
- (E) ironizar o progresso que é retrocesso.

6

“Temos uma tela de plasma em cada aposento, substituindo televisores de raios catódicos que há apenas cinco anos eram de última geração”.

Esse segmento do texto 1 alude ao seguinte problema:

- (A) a exigência de permanente atualização tecnológica;
- (B) o rapidíssimo processo de inovação tecnológica;
- (C) o exibicionismo de novos bens de consumo;
- (D) o endividamento crescente das famílias;
- (E) a adaptação das pessoas a novos padrões de consumo.

7

Os verbos de ligação mostram noções distintas de estados.

A noção do verbo sublinhado indicada corretamente é:

- (A) “O Mc Donald’s se tornou o maior distribuidor mundial de brinquedos” / mudança de estado;
- (B) “Na minha vida, devo admitir que andei fascinado pelo brilho do consumo” / estado permanente;
- (C) “As casas em que passamos tão pouco tempo são repletas de objetos” / continuidade de estado;
- (D) “há apenas cinco anos eram de última geração” / estado transitório;
- (E) “São os nossos brinquedos” / aparência de estado.

8

O segmento do texto 1, abaixo transcrito, em que o conectivo E tem valor de oposição é:

- (A) “...nossos filhos possuem brinquedos de verdade: caixas e caixas de brinquedos que eles deixam de lado em questão de dias”;
- (B) “Temos jardins equipados com carrinhos de mão, tesouras, podões e cortadores de gramas”;
- (C) “Temos máquinas de remo em que nunca nos exercitamos, mesa de jantar em que não comemos e fornos triplos em que não cozinhamos”;
- (D) “São os nossos brinquedos: consolos às pressões incessantes por conseguir o dinheiro para comprá-los, e que, em nossa busca deles nos infantilizam”;
- (E) “Na minha vida, devo admitir que andei fascinado pelo brilho do consumo e ao mesmo tempo enojado”.

9

“São os nossos brinquedos: consolos às pressões incessantes por conseguir o dinheiro para comprá-los, e que, em nossa busca deles nos infantilizam”.

Os usuários, nas palavras do autor do texto 1, ficam infantilizados porque:

- (A) mostram alegria infantil ao poderem adquiri-los;
- (B) pretendem, na verdade, tornar felizes os filhos;
- (C) ficam felizes por seu progresso econômico;
- (D) compram produtos que equivalem a brinquedos;
- (E) agem por altruísmo, pelo bem dos demais.

10

O texto 1 desta prova deve ser classificado como:

- (A) texto didático, já que procura divulgar verdades úteis para a vida futura;
- (B) artigo de divulgação científica, pois tem por fim expandir informações dominadas por poucos;
- (C) artigo de debate deliberativo, visto que pretende colocar em discussão opiniões polêmicas de outras pessoas;
- (D) editorial de jornal, dado que apresenta objetivamente opiniões que circulam na sociedade;
- (E) artigo de opinião, pois seu autor realiza um depoimento de caráter pessoal sobre tema momentâneo.

11

“As casas em que passamos tão pouco tempo são repletas de objetos”. Nesse período, o pronome relativo está precedido da preposição “em”, devido à regência do verbo “passar”. A frase abaixo em que a preposição está mal-empregada em face da norma culta tradicional é:

- (A) O cargo a que aspiramos deve ser ocupado urgentemente.
- (B) Os assuntos sobre que discutimos não eram tão sérios.
- (C) O grande trabalho em que isso implica deve ser avaliado.
- (D) A obra a que se dedicou foi bem construída.
- (E) O ideal por que lutou é dos mais nobres.

12

Em todos os segmentos abaixo, retirados do texto 1, ocorre a presença da preposição DE, com valores semânticos diferentes. A opção em que esse valor semântico está corretamente indicado é:

- (A) “tela de plasma” / qualidade;
- (B) “televisores (...) de última geração” / tempo;
- (C) “cortadores de gramas” / matéria;
- (D) “marcas de moda” / finalidade;
- (E) “cozinha nova de aço inoxidável” / modo.

13

Entre os elementos citados a seguir, aquele que mais se distancia do usuário, por seu artificialismo é:

- (A) telas de plasma;
- (B) jardins equipados;
- (C) máquinas de remo;
- (D) mesa de jantar;
- (E) cozinha nova de aço inoxidável.

14

“E nossos filhos possuem brinquedos de verdade: caixas e caixas de brinquedos que eles deixam de lado em questão de dias. E, com infâncias cada vez mais curtas, a natureza desses brinquedos também mudou”.

O comentário abaixo que se opõe ao significado ou à estruturação original desse segmento do texto 1 é:

- (A) a repetição “caixas e caixas” aumenta a ideia de quantidade;
- (B) os brinquedos “de verdade” se opõem aos brinquedos “de mentira” dos adultos;
- (C) os brinquedos das crianças e os dos adultos perdem o poder de atração e são logo substituídos;
- (D) o “também” acrescenta a mudança da natureza dos brinquedos infantis à mudança da própria infância;
- (E) “com infâncias cada vez mais curtas” indica uma condição da mudança da natureza dos brinquedos.

15

No último parágrafo do texto 1, o autor se diz enojado de si mesmo, em virtude de uma fraqueza, que não é só sua:

- (A) o desejo incontrollável de apossar-se do alheio;
- (B) a perda da racionalidade diante do poder mais forte do desejo;
- (C) o consumo intenso de produtos que deveriam ser mais bem distribuídos;
- (D) a fascinação que leva a vaidade ao primeiro plano de nossa existência;
- (E) a impossibilidade de distinguir verdade/mentira no discurso publicitário.

Texto 2 – Consumismo refere-se a um modo de vida orientado por uma crescente propensão ao consumo de bens ou serviços, em geral supérfluos, em razão do seu significado simbólico (prazer, sucesso, felicidade), frequentemente atribuído pelos meios de comunicação de massa. (Wikipédia, outubro de 2015)

16

O texto 2 é um exemplo de um gênero textual chamado definição. O texto abaixo, da autoria de Millôr Fernandes, que pode ser classificado como do mesmo gênero é:

- (A) O amor à nossa estremecida pátria deve ser ensinado desde o berço ou o garoto, assim que cresce um pouquinho, vai morar noutro país.
- (B) Contenção é quando a raiva empata com a educação.
- (C) Erudito sabe tudo, exceto, é claro, o essencial, que é suspeitar do que lhe escapa.
- (D) O haddock é um bacalhau que venceu na vida.
- (E) Medalha do mérito é dada a quem demonstra que não o tem.

17

A afirmação abaixo que confirma o que o texto 1 entende por consumismo é:

- (A) “O consumismo define a relação de quebra entre a ação de comprar e a necessidade do que está sendo adquirido”. (Brasil Escola, outubro de 2015)
- (B) “O consumismo é um desequilíbrio psicológico, que leva uma pessoa a valorizar coisas que os outros valorizam”. (Nouailles)
- (C) “O consumismo provoca o empobrecimento já que o desejo que o sustenta está acima dos limites do bom-senso”. (Patrick Charaudeau)
- (D) “O consumismo é um péssimo exemplo para as gerações mais jovens que veem seus pais sem a capacidade de promover o equilíbrio doméstico nas relações conjugais”. (Jean Mouton)
- (E) “O consumismo se realiza no vácuo entre o querer e o poder”. (Nouailles)

Texto 3 - Uma mensagem no Facebook dizia o seguinte: “Consumismo é o ato de comprar o que você não precisa, com o dinheiro que você não tem, para impressionar pessoas que você não gosta, a fim de tentar ser uma pessoa que você não é”. Boicote o consumismo!!!

18

A frase abaixo, retirada do texto 3, que mostra incoerência aparente é:

- (A) “o ato de comprar o que você não precisa”;
- (B) “[ato de comprar] com o dinheiro que você não tem”;
- (C) “para impressionar pessoas que você não gosta”;
- (D) “tentar ser uma pessoa que você não é”;
- (E) “Boicote o consumismo!”

19

O texto 3 mostra desvio da norma culta:

- (A) na acentuação gráfica de uma palavra;
- (B) na indicação errada de uma forma plural;
- (C) na ausência de preposição;
- (D) na conjugação de uma forma verbal;
- (E) no mau emprego de uma vírgula.

20

A charge acima pode ser a ilustração de:

- (A) consumismo exagerado;
- (B) obsolescência planejada;
- (C) depressão econômica;
- (D) tecnologia ultrapassada;
- (E) dependência tecnológica.

Matemática Financeira

21

Uma empresa, que trabalha com taxa mínima de atratividade de 20% ao ano, estuda a viabilidade econômica de investir em um dos 3 projetos mutuamente excludentes:

Projeto X: Investir R\$ 60.000,00 e resgatar anualmente R\$ 30.000,00 nos próximos 4 anos.

Projeto Y: Investir R\$ 8.000,00 e resgatar anualmente R\$ 5.000,00 nos próximos 4 anos.

Projeto Z: Investir R\$ 30.000,00 e resgatar anualmente R\$ 17.000,00 nos próximos 4 anos.

	Projeto X	Projeto Y	Projeto Z
TIR	34,9%	50,2%	43,2%
	Projeto incremental Z-Y	Projeto incremental X-Z	Projeto incremental X-Y
TIR	41%	26%	32%

Considerando o quadro acima, os projetos ordenados do melhor para o pior, pelo método da Taxa Interna de Retorno – TIR, são:

- (A) X, Y, Z;
- (B) X, Z, Y;
- (C) Y, Z, X;
- (D) Y, X, Z;
- (E) Z, Y, X.

22

Um capital será aplicado por um ano. O regime de capitalização será composto, sendo que incidirão duas taxas de juros semestrais, pagas ao final de cada semestre.

Sabendo-se que as duas taxas de juros praticadas precisam somar 12%, a melhor escolha para a taxa do primeiro semestre, do ponto de vista do investidor, é:

- (A) 0% ao semestre;
- (B) 1% ao semestre;
- (C) 6% ao semestre;
- (D) 9% ao semestre;
- (E) 12% ao semestre.

23

Um empréstimo por dois anos utilizando o regime de juros simples de 150% ao ano equivale a um empréstimo utilizando o regime de juros compostos, pelo mesmo período, de:

- (A) 100% ao ano;
- (B) 125% ao ano;
- (C) 150% ao ano;
- (D) 175% ao ano;
- (E) 200% ao ano.

24

Um comerciante vende seus produtos em duas parcelas mensais e iguais, sendo a primeira com vencimento em 30 dias após a compra. Os clientes se recusam a pagar à vista sem desconto.

Se para o comerciante o dinheiro rende 25% ao mês, o máximo de desconto que pode ser oferecido, de modo a tornar financeiramente indiferente para ele a alternativa escolhida pelos clientes é, aproximadamente:

- (A) 25%;
- (B) 26%;
- (C) 27%;
- (D) 28%;
- (E) 29%.

25

Um empréstimo de R\$ 120.000,00 a ser amortizado pelo Sistema de Amortização Constante – SAC – foi contratado nas seguintes condições: prazo de três anos, pagamentos semestrais, vencendo a primeira parcela a 180 dias da liberação dos recursos, e taxa de juros de 5% ao semestre.

O valor da quarta prestação é, em reais:

- (A) 20.000;
- (B) 21.000;
- (C) 22.000;
- (D) 23.000;
- (E) 24.000.

26

Uma aplicação de R\$ 10.000,00 foi resgatada ao final de um ano gerando um montante de R\$ 12.000,00. Nas datas de aplicação e resgate, os números índices de preços - base fixa eram 200 e 210, respectivamente.

A taxa real de juros recebida nessa aplicação durante o ano foi, aproximadamente:

- (A) 5%;
- (B) 7%;
- (C) 10%;
- (D) 14%;
- (E) 20%.

27

Um empréstimo é oferecido de tal forma que os juros são cobrados antecipadamente, ou seja, no ato do empréstimo.

Se forem cobrados juros de taxa de $j\%$ ao período e, se a cobrança dos juros for antecipada, a taxa de juros cobrada é:

- (A) $j*(1-j)$;
- (B) $j/(1+j)$;
- (C) $j*(1+j)$;
- (D) $j/(1-j)$;
- (E) $(1-j)*(1+j)$.

28

Para usufruir perpetuamente R\$ 2.000,00 por mês, reajustados mensalmente a uma taxa de 6%, o valor da renda um mês antes do primeiro pagamento, supondo taxa de juros de 10% ao mês, é, em reais:

- (A) 12.500;
- (B) 20.000;
- (C) 22.000;
- (D) 50.000;
- (E) 55.000.

29

Um equipamento agrícola pode ser alugado anualmente ou comprado. Esse equipamento custa R\$ 40.400,00, tem vida útil de 5 anos e, ao final desse período, tem valor residual de R\$ 16.100. O custo anual com a manutenção é de R\$ 2.000,00. Se o equipamento for alugado, o custo com manutenção é do locador.

Considerando a taxa mínima de atratividade de 10% ao ano, o valor do aluguel que torna indiferente comprar ou alugar o equipamento é, aproximadamente, em reais:

Utilize: $1,10^{-5} = 0,62$ e $1,10^5 = 1,61$

- (A) 8.000;
- (B) 10.000;
- (C) 12.000;
- (D) 14.000;
- (E) 16.000.

30

Um empréstimo no valor de R\$ 163.982,69 deve ser pago em 18 prestações iguais de R\$ 10.000,00, vencendo a primeira um período após a liberação dos recursos seguindo o Sistema francês de amortização - tabela Price. Os juros são de 1% ao período. Após o pagamento da 9ª prestação, o estado da dívida é, em reais, de:

Utilize: $1,01^{-9} = 0,91$

- (A) 81.000;
- (B) 81.990;
- (C) 82.800;
- (D) 90.000;
- (E) 94.710.

Noções de Informática**ATENÇÃO**

Nas cinco questões seguintes há referências a um banco de dados denominado **banco BD**, cujo esquema relacional e respectivo preenchimento são ilustrados a seguir.

CLIENTE

codigoC	nomeC	endereço
1001	Thiago	Rua A, 320
1002	Natália	Rua B, 20
1003	Maria	Rua C, 21

PRODUTO

codigoP	nomeP	preço	estoque
99	Cadeira	230,00	12
88	Mesa	300,00	3
77	Tapete	530,00	5
66	Almofada	70,00	12

VENDA

pedido	item	codigoC	codigoP	quantidade
1	1	1002	99	4
1	2	1002	88	1
12	1	1003	99	2
14	1	1003	66	4

São definidas para essas tabelas chaves primárias e/ou candidatas, de acordo com o quadro a seguir.

Tabela	Chave	Atributos que formam a chave
Cliente	primária	codigoC
Cliente	candidata	nomeC
Produto	primária	codigoP
Produto	candidata	nomeP
Venda	primária	pedido, item

31

Chaves estrangeiras (ou *foreign keys*) constituem um importante conceito na construção de bancos de dados relacionais. No **banco BD**, o número de chaves estrangeiras que deveriam ser especificadas é:

- (A) 1;
- (B) 2;
- (C) 3;
- (D) 4;
- (E) 5.

32

Considere que é preciso fazer uma reformulação do **banco BD**, e uma das mudanças é a necessidade de identificar o número da loja na qual cada produto foi comprado.

Sabe-se que:

- I. uma loja pode vender qualquer produto;
- II. um produto pode ser vendido em qualquer loja;
- III. cada pedido deve conter apenas itens vendidos numa única loja;
- IV. há mais de uma loja;
- V. as chaves existentes devem ser mantidas.

A solução adequada nesse caso é incluir um atributo intitulado “loja”:

- (A) na tabela Venda, e criar uma chave candidata constituída pelos atributos “pedido, item, loja”;
- (B) na tabela Produto, e criar uma chave candidata constituída pelos atributos “codigoP, loja”;
- (C) na tabela Venda, e criar uma chave candidata constituída pelos atributos “pedido, loja”;
- (D) numa nova tabela, constituída pelos atributos “pedido, loja” e criar uma chave primária para essa tabela constituída pelo atributo “pedido”;
- (E) numa nova tabela com atributos “codigoC, pedido, loja” e criar uma chave primária para essa tabela constituída por esses atributos.

33

Sobre o **banco BD**, considere o seguinte conjunto de afirmativas sobre eventuais restrições no preenchimento das tabelas.

- I. Não é permitido dois ou mais produtos com o mesmo nome.
- II. Cada cliente tem apenas um código de cliente associado ao seu nome.
- III. É possível que o produto “Cadeira”, por exemplo, seja cadastrado mais de uma vez com códigos e preços diferentes.
- IV. Não é permitido que, num mesmo pedido, possa constar a venda de dois ou mais itens do mesmo produto.

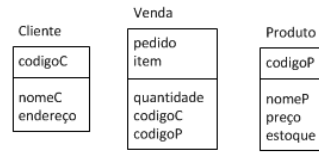
De acordo com as informações disponíveis, é verdadeiro somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) I e II;
- (C) I, II e III;
- (D) II, III e IV;
- (E) III e IV.

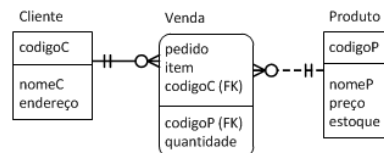
34

A notação IDEF1X é utilizada para a modelagem de bancos de dados, especialmente do tipo relacional. Dos modelos apresentados, o que representa adequadamente o **banco BD** é:

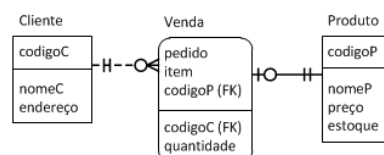
(A)



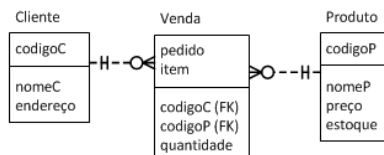
(B)



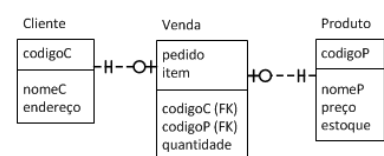
(C)



(D)



(E)



35

Considere uma implementação do **banco BD**, como descrito, no MS Access 2010, na qual foi definida uma consulta por meio da tela do “Modo Design”. A figura abaixo mostra um trecho dessa tela.

Campo:	codigoP	quantidade	codigoP	quantidade
Tabela:	dbo_venda	dbo_venda	dbo_venda	dbo_venda
Total:	Agrupar por	Soma	Onde	Onde
Classificação:	Decrescente			
Mostrar:	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Crítérios:			99	>2
ou:			88	

Sabendo-se que apenas a tabela Venda foi adicionada à consulta, está correto concluir que o resultado, além da linha de cabeçalho, possui duas colunas e:

- (A) uma linha com os valores (99, 4);
- (B) duas linhas com os valores (99, 4) na primeira e (88, 1) na segunda;
- (C) duas linhas com os valores (99, 6) na primeira e (88, 1) na segunda;
- (D) três linhas com os valores (99, 4) na primeira, (88, 1) na segunda e (66, 4) na terceira;
- (E) nenhuma outra linha.

36

Windows e Linux têm em comum o fato de serem responsáveis, entre outras funções, pelo gerenciamento:

- (A) do acesso às páginas da Internet;
- (B) das senhas de login em sites e portais;
- (C) da extração e recuperação de backups;
- (D) do sistema de arquivos;
- (E) das senhas de aplicativos.

37

A Segurança da Informação (SI) está associada a um conjunto de atributos básicos que devem ser respeitados na análise e planejamento de mecanismos e procedimentos para proteção. Considere uma suposta lista desses atributos, mostrada a seguir.

- I. Autenticidade
- II. Confidencialidade
- III. Conformidade
- IV. Disponibilidade
- V. Integridade
- VI. Irretratabilidade
- VII. Presteza

Dessa lista, um item que **NÃO** é usualmente reconhecido como um dos atributos básicos da SI é:

- (A) Presteza;
- (B) Integridade;
- (C) Disponibilidade;
- (D) Confidencialidade;
- (E) Autenticidade.

38

Thiago preparou uma planilha no MS Excel 2010 com as datas e horários de nascimento de seus familiares, como mostrado abaixo.

	A	B
1	Data nascimento	Dias de vida
2	10/11/51 6:00	23367,25
3	25/7/75 0:00	14709,50
4	1/1/01 18:00	5416,75

Em seguida, formatou as células de A2 até A4 como “Data 14/3/01 13:30” e as células de B2 até B4 como “Número”, com duas casas decimais. Sabendo-se que a fórmula

=AGORA() - A2

foi digitada na célula B2 e imediatamente copiada para as células B3 e B4, e que nenhuma outra alteração foi efetuada na planilha, pode-se concluir que essa operação ocorreu em:

- (A) 31/10/2015 às 21h;
- (B) 1/11/2015 às 12h;
- (C) 2/11/2015 às 18h;
- (D) 3/11/2015 às 15h;
- (E) 4/11/2015 às 0h.

39

No contexto das redes de computadores, o termo DNS (Domain Name System) refere-se a um artefato que permite:

- (A) indicar com precisão a localização de um computador conectado à rede;
- (B) rastrear a origem de e-mails;
- (C) traduzir nomes de domínio em endereços IP;
- (D) o uso de roteadores particulares em redes públicas;
- (E) garantir a endereços iniciados com “http” um modo de operação mais seguro.

40

A UML (Unified Modeling Language) estabelece uma série de artefatos que auxiliam desenvolvedores de sistemas a modelar e documentar seu trabalho. A funcionalidade de um sistema, do ponto de vista dos seus usuários, é representada pelo Diagrama de:

- (A) atividade;
- (B) casos de uso;
- (C) classes;
- (D) estado;
- (E) sequência.

Conhecimentos Específicos

41

De acordo com as normas gerais de Direito Tributário, é correto afirmar que:

- (A) a liquidez do crédito tributário estará assegurada somente na hipótese de não haver qualquer tipo de acréscimo ao principal, seja para remunerar, compensar ou atualizar;
- (B) é permitido ao sucessor, responsável tributário por aquisição de bem móvel, exigir que primeiro o contribuinte quite algum débito existente. Somente na hipótese de inexistência de patrimônio e inadimplemento é que o contribuinte será obrigado a pagar o tributo devido;
- (C) o fato gerador de obrigação tributária principal, praticado por juridicamente incapaz ou em que ele tenha provocado a sua ocorrência, não torna o tributo correspondente indevido;
- (D) a cisão está expressamente prevista no CTN, como hipótese de responsabilidade dos sucessores;
- (E) na hipótese de arrematação de bem imóvel em hasta pública, o eventual crédito tributário existente será de responsabilidade do arrematante.

42

Um contribuinte de ISS, tendo sido autuado pelo não recolhimento do imposto, não concorda com a cobrança do crédito tributário e impetra mandado de segurança repressivo na justiça estadual. O juiz, acatando requerimento do impetrante, concede liminar determinando que a administração tributária municipal se abstenha de praticar atos inerentes à cobrança do crédito tributário. Diante do que foi exposto e de acordo com a legislação pertinente, é correto afirmar que:

- (A) a liminar perderá sua eficácia se o mandado de segurança não for julgado em primeira instância no prazo de seis meses, e, então, a administração tributária municipal poderá providenciar a inscrição do crédito tributário em dívida ativa e o posterior ajuizamento da execução fiscal;
- (B) a liminar perderá sua eficácia se o mandado de segurança não for julgado em primeira instância no prazo de 90 (noventa) dias, e, então, a administração tributária municipal poderá providenciar a inscrição do crédito tributário em dívida ativa e o posterior ajuizamento da execução fiscal;
- (C) enquanto a liminar não for revogada, suspensa ou cassada por decisão judicial ou a segurança denegada, não importando o prazo, a administração tributária municipal não poderá providenciar o ajuizamento da execução fiscal;
- (D) enquanto perdurar a eficácia da liminar, a administração tributária municipal deverá providenciar o ajuizamento da execução fiscal independentemente de ter sido, ou não, proferida sentença no mandado de segurança, antes de expirar o prazo de cinco anos, contado da data em que o representante da Fazenda Pública foi notificado da liminar, com vistas a prevenir a extinção do crédito tributário;
- (E) enquanto perdurar a eficácia da liminar, a administração tributária municipal deverá providenciar o ajuizamento da execução fiscal independentemente de ter sido, ou não, proferida sentença no mandado de segurança, antes de expirar o prazo de cinco anos, contado da data em que o contribuinte foi notificado do lançamento do crédito tributário, com vistas a prevenir a ocorrência de prescrição da ação de execução fiscal.

43

O proprietário de um imóvel realizou, no fim de 2013, uma obra em seu imóvel. Por conta dessa obra, a área do imóvel foi ampliada de 120m² para 280m². O proprietário nada informou ao Município, descumprindo normas administrativas e tributárias que impõem a comunicação. Assim, a administração tributária municipal realizou os lançamentos do IPTU dos fatos geradores ocorridos em 2014 e 2015 com valores que consideravam uma área construída de 120m² e não de 280m². A prefeitura tomou conhecimento do aumento da área construída em agosto de 2015. Considerando a situação exposta e as normas do CTN, a fiscalização do Município:

- (A) poderá revisar de ofício apenas o lançamento do IPTU referente ao exercício de 2015, pois o exercício ainda está em curso;
- (B) não poderá revisar de ofício apenas os lançamentos do IPTU dos exercícios de 2014 e 2015, pois os lançamentos já foram regularmente notificados e não podem ser alterados;
- (C) não poderá revisar de ofício apenas os lançamentos do IPTU dos exercícios de 2014 e 2015, pois a constatação do aumento da área construída é introdução de modificação nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento e somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução;
- (D) poderá revisar de ofício os lançamentos do IPTU dos exercícios de 2014 e 2015, pois o aumento da área construída representa apreciar fatos desconhecidos anteriormente, mas essa revisão do lançamento só poderá ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública;
- (E) poderá revisar de ofício, a qualquer tempo, os lançamentos do IPTU dos exercícios de 2014 e 2015, por conta do descumprimento por parte do contribuinte das normas que determinam a comunicação da obra.

44

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, os impostos extraordinários:

- (A) são de competência da União e só podem ser instituídos em caso de guerra externa, interna ou sua iminência;
- (B) são de competência da União e podem ter fato gerador próprio de tributos de competência das demais pessoas políticas de direito público interno;
- (C) podem ser exigidos nos casos de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência;
- (D) devem ser instituídos por meio de lei complementar;
- (E) deverão ter a sua cobrança suprimida imediatamente, quando cessadas as causas de sua criação.

45

A Constituição Federal prevê várias espécies tributárias, entre as quais a modalidade cujo fato gerador pode ser o exercício do poder do Estado de limitar as liberdades individuais em prol do bem da coletividade. Esse tributo é:

- (A) empréstimo compulsório;
- (B) contribuição de melhoria;
- (C) imposto;
- (D) taxa;
- (E) contribuição parafiscal.

46

Sobre a moratória e o parcelamento tributários, de acordo com as normas do CTN, analise as afirmativas a seguir, considerando (V) para a(s) verdadeira(s) e (F) para a(s) falsa(s):

() A moratória poderá ser concedida mesmo em casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

() A inexistência de lei específica municipal sobre parcelamento para devedor em recuperação judicial impõe a aplicação das leis gerais de parcelamento do Município, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica.

() O requerimento de parcelamento do crédito tributário tem como consequência a suspensão do prazo prescricional para a Fazenda Pública, mas não o interrompe, pois se trata de hipótese de suspensão de exigibilidade do crédito tributário.

() A moratória de tributo municipal poderá ser concedida em caráter geral pela União, desde que simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado.

A sequência correta é:

- (A) F, F, V, V;
- (B) V, F, F, F;
- (C) F, V, V, V;
- (D) V, F, V, F;
- (E) V, V, V, F.

47

Um contribuinte do ISS foi autuado em 15/09/2012 pelo não recolhimento do imposto relativo ao mês de abril de 2011. Não foi feito o pagamento e nem foi apresentada impugnação ao auto de infração, tendo o crédito tributário sido inscrito em dívida ativa em 20/05/2013. A execução fiscal foi ajuizada em 15/10/2014 e o juiz despachou determinando a citação em 20/01/2015. Considerando a situação hipotética acima e as disposições do CTN, é correto afirmar que, se o contribuinte alienou um bem:

- (A) em 20/04/2015, mesmo possuindo outros bens de valor superior ao crédito tributário, essa operação é presumida como fraudulenta;
- (B) em 15/10/2012, e não possuía outros bens, essa operação é presumida como fraudulenta;
- (C) em 20/01/2014, e não possuía outros bens, essa operação é presumida como fraudulenta;
- (D) em 25/08/2011, e não possuía outros bens, essa operação é presumida como fraudulenta;
- (E) em 15/11/2014, mesmo possuindo outros bens de valor superior ao crédito tributário, essa operação é presumida como fraudulenta.

48

Um contribuinte é devedor do Município em relação aos seguintes créditos tributários de impostos:

IPTU – R\$ 1.000,00, na qualidade de contribuinte, vencido em 02/10/13;

ITBIM – R\$ 500,00, na qualidade de responsável, vencido em 02/10/13;

IPTU – R\$ 400,00, na qualidade de contribuinte, vencido em 02/09/13;

ISS – R\$ 2.000,00, na qualidade de responsável, vencido em 02/10/12;

ISS – R\$ 1.000,00, na qualidade de contribuinte, vencido em 02/09/13.

O contribuinte realiza um único pagamento. De acordo com as normas do CTN, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação em primeiro lugar para o seguinte crédito tributário:

- (A) IPTU – R\$ 1.000,00, na qualidade de contribuinte, vencido em 02/10/13;
- (B) ITBIM – R\$ 500,00, na qualidade de responsável, vencido em 02/10/13;
- (C) IPTU – R\$ 400,00, na qualidade de contribuinte, vencido em 02/09/13;
- (D) ISS – R\$ 2.000,00, na qualidade de responsável, vencido em 02/10/12;
- (E) ISS – R\$ 1.000,00, na qualidade de contribuinte, vencido em 02/09/13.

49

De acordo com a previsão constitucional, os entes federativos aptos a instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública são:

- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observado o disposto no artigo 150, II e III, da CF;
- (B) a União e os Estados, observado o disposto no artigo 150, III, "b" e "c", da CF;
- (C) os Municípios, observado o disposto no artigo 150, I e III, da CF;
- (D) o Distrito Federal e os Municípios, observado o disposto no artigo 150, I e III, da CF;
- (E) os Estados e os Municípios, observado o disposto no artigo 150, I e III, da CF.

50

Nos termos do Código Tributário Nacional, “a legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação”. Assim, a legislação mencionada será aplicada:

- (A) a pessoas naturais ou jurídicas não imunes, mesmo que isentas ou as que não sejam tributadas por força de norma infraconstitucional;
- (B) a pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal;
- (C) a pessoas naturais ou, quando se trate de pessoa jurídica, a seus diretores ou representantes legais;
- (D) a pessoas jurídicas que sejam contribuintes ou responsáveis por tributos em geral ou pelo tributo específico a que se refira;
- (E) a pessoas naturais ou jurídicas que sejam contribuintes do imposto a que alude a norma respectiva.

51

O imposto sobre transmissão *causa mortis* e doações ITD e o imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBIM têm fatos geradores envolvendo a transmissão de patrimônio. De acordo com a disciplina constitucional desses impostos e a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir, considerando (V) para a(s) verdadeira(s) e (F) para a(s) falsa(s):

- () O ITBIM não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- () O ITD terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Congresso Nacional.
- () O ITBIM incidirá sobre transmissões *inter vivos*, a qualquer título, por atos onerosos, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- () O ITD poderá ter alíquotas progressivas em função da base de cálculo, enquanto existe vedação da progressividade no ITBIM.

A sequência correta é:

- (A) V, F, V, V;
- (B) V, F, V, F;
- (C) F, V, V, F;
- (D) F, F, V, F;
- (E) V, V, V, F.

52

No tocante à competência tributária, analise as afirmativas a seguir, considerando (V) para a(s) verdadeira(s) e (F) para a(s) falsa(s).

- () A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB/88 atribuiu competência aos Estados para instituir imposto sobre a transmissão de bens *inter vivos*.
- () A competência tributária, a teor do que dispõe o Código Tributário Nacional, é indelegável. Isso significa que um ente tributante não pode instituir tributo que seja da competência tributária de outro. Não constitui, porém, violação a essa regra a delegação, por um ente tributante, a outro, das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- () Como a receita do IPVA é repartida com os Municípios, o não-exercício da competência tributária pelos Estados autoriza os Municípios a exercitar tal competência, em relação aos veículos registrados em seu território.
- () Inclui-se na competência tributária dos Municípios a instituição de contribuição previdenciária.

A sequência correta é:

- (A) F, F, V, V;
- (B) F, V, F, V;
- (C) V, V, F, V;
- (D) V, V, F, F;
- (E) F, V, F, F.

53

A sociedade empresária XPTO adquiriu da sociedade empresária ABC um dos seus estabelecimentos e manteve, no mesmo local, a exploração da mesma atividade da alienante XPTO, que possuía inúmeros débitos tributários relativos àquela atividade ali desenvolvida. Nesse caso, a sociedade empresária ABC responde:

- (A) solidariamente em relação a todos os tributos devidos pela sociedade empresária XPTO, ainda que a aquisição tenha ocorrido em alienação judicial em processo de falência;
- (B) subsidiariamente com a sociedade empresária XPTO, se esta mantiver a exploração de atividade comercial, por todos os tributos devidos até a data da aquisição;
- (C) subsidiariamente com a sociedade empresária XPTO, se esta mantiver a exploração de atividade comercial, pelos tributos devidos até a data da aquisição, relativos ao estabelecimento adquirido;
- (D) solidariamente com a sociedade empresária XPTO, se esta mantiver a exploração de atividade comercial, pelos tributos devidos até a data da aquisição, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido;
- (E) solidariamente pelo tributos devidos pela sociedade empresária XPTO em qualquer situação.

54

Um pequeno empresário cultiva, de forma organizada e comercial, inclusive com empregados, hortaliças para venda, em sua propriedade, que está localizada em área de um Município. A rua onde fica a propriedade consta da definição de lei municipal, tem meio-fio, conta com abastecimento de água e sistema de esgotos sanitários, tendo ainda iluminação pública. De acordo com a hipótese apresentada, sobre a propriedade em questão:

- (A) não haverá incidência de nenhum imposto, por conta de imunidade prevista na Constituição Federal;
- (B) haverá incidência do IPTU, pois a propriedade está inserida em área da zona urbana municipal; contando com quatro dos melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, indicados no CTN;
- (C) haverá a incidência do ITR, pois o IPTU não incidirá sobre o imóvel urbano que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial;
- (D) haverá incidência do IPTU, pois basta a lei municipal estabelecer que determinada área pertence à zona urbana para ensejar a cobrança do imposto municipal;
- (E) haverá a incidência do ITR, pois o imposto federal tem sua receita repartida com o Município.

55

Um contribuinte do Município, inconformado com a imposição de um auto de infração do ISS, decide discutir em juízo a incidência ou não do tributo, ingressa com a ação judicial que considera oportuna e efetua o depósito integral e em dinheiro do valor do crédito tributário em discussão. Nesse caso:

- (A) o depósito judicial é condição inafastável para o regular processamento da ação;
- (B) com a decisão definitiva do processo contrária ao contribuinte, a quantia depositada deverá ser convertida em renda da Fazenda, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário;
- (C) o depósito da quantia questionada, integral ou parcial, suspende a exigibilidade do crédito tributário;
- (D) com a decisão definitiva do processo contrária ao contribuinte, a quantia depositada deverá ser convertida em renda da Fazenda, extinguindo o crédito tributário;
- (E) o depósito judicial é desnecessário, pois o mero ajuizamento da ação suspende a exigibilidade do crédito tributário.

56

O Presidente, representando a República Federativa do Brasil, celebra tratado internacional com outros dois Estados soberanos, com o objetivo de incrementar a prestação de serviços de tecnologia para grandes projetos de infraestrutura. O acordo internacional, após todos os trâmites legislativos impostos pela ordem jurídica interna e internacional, passa a produzir seus efeitos, dentre os quais a isenção de todos os impostos incidentes nessa operação. Considerando que esses serviços estão incluídos na lista anexa da Lei Complementar nº 116/2003 e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que o tratado é:

- (A) inconstitucional ao estabelecer isenção heterônoma, vedada pelo artigo 151, III, da Constituição Federal em vigor, o qual veda à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- (B) constitucional, pois a vedação constitucional se volta à União, nada impedindo que a República Federativa do Brasil, na qualidade de pessoa jurídica de direito público externo, celebre tratados e acordos internacionais de Direito Tributário;
- (C) constitucional, pois, nos termos da Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre tributação, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- (D) inconstitucional, pois somente lei complementar federal poderia estabelecer isenção de tributos estaduais e municipais;
- (E) inconstitucional, pois a União somente pode conceder isenção de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando simultaneamente conceder aos tributos de competência federal.

57

Sobre a Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública – Cosip, no Município de Niterói, nos termos da Lei nº 2.597/08, é correto afirmar que:

- (A) o contribuinte da Cosip é o proprietário, o titular do domínio útil, o possuidor a qualquer título ou o locatário do imóvel edificado ou não;
- (B) as pessoas físicas ou jurídicas imunes ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU não são isentas;
- (C) a contribuição poderá ser cobrada em no máximo seis parcelas mensais, de igual valor;
- (D) a contribuição poderá ser lançada e cobrada juntamente com o IPTU e a taxa de coleta imobiliária de lixo, sendo utilizados os mesmos carnês e guias destinados à cobrança dos tributos imobiliários;
- (E) até 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação da Cosip poderá ser utilizado para despesas de melhoria da infraestrutura rodoviária do Município de Niterói.

58

“Procedem do setor privado da economia, isto é, de famílias, empresas e do resto do mundo; são devidas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, que desenvolvam atividades econômicas, exceto as que desfrutem de imunidade ou isenção, e correspondem aos tributos.” Essa afirmação se refere à receita:

- (A) originária;
- (B) corrente líquida;
- (C) derivada;
- (D) total;
- (E) extraorçamentária.

59

Para a validade da Certidão da Dívida Ativa, NÃO é essencial:

- (A) a data da inscrição;
- (B) a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;
- (C) a autenticação da autoridade competente;
- (D) o domicílio ou residência do devedor;
- (E) a indicação do livro e da folha da inscrição.

60

Pertence aos Municípios:

- (A) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;
- (B) quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;
- (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
- (D) trinta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
- (E) oitenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

61

A Constituição da República Federativa do Brasil indica, com precisão, a natureza do ato normativo que deve dispor sobre a competência dos órgãos fracionários do Tribunal de Justiça.

Esse ato normativo é:

- (A) Constituição Estadual;
- (B) lei de organização e divisão judiciária;
- (C) regimento interno do Tribunal;
- (D) Estatuto Nacional da Magistratura;
- (E) Constituição Federal.

62

Determinada Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída no âmbito da Câmara dos Deputados, deliberou, de maneira fundamentada e pela unanimidade dos seus membros, que: (1) o Chefe do Poder Executivo Federal deveria ser ouvido pela CPI; (2) seria determinada a quebra do sigilo bancário e telefônico de alguns servidores públicos federais titulares de cargos de provimento efetivo; (3) seria determinada a indisponibilidade dos bens dos envolvidos em desvios de recursos públicos; (4) as autoridades policiais deveriam providenciar a interceptação telefônica dos suspeitos de praticarem lavagem de dinheiro; (5) poderia ser determinada a prisão em flagrante da testemunha que faltasse com a verdade durante o depoimento prestado à CPI.

Considerando que a Comissão Parlamentar de Inquérito possui poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, é correto afirmar que as providências descritas em:

- (A) (2) e (5) estão em harmonia com a ordem constitucional;
- (B) (1), (3), (4) e (5) destoam da ordem constitucional;
- (C) (2) e (3) destoam da ordem constitucional;
- (D) (2) e (4) estão em harmonia com a ordem constitucional;
- (E) (1) e (5) estão em harmonia com a ordem constitucional.

63

A Constituição do Estado YX dispôs, em seu art. 100, que é vedado ao Poder Executivo Estadual deixar de explorar as atividades econômicas nele elencadas. Quanto às demais atividades, dispôs o art. 101 que a sua exploração, ou não, por empresas públicas e sociedades de economia mista, deve seguir como diretriz a relevância para o interesse coletivo, conforme definido em decreto do Poder Executivo. À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) somente o art. 101 é inconstitucional, pois a relevância para o interesse coletivo deve ser definida em lei;
- (B) somente o art. 100 é inconstitucional, pois a atuação do Estado na ordem econômica não é matéria a ser tratada na Constituição Estadual;
- (C) os arts. 100 e 101 são inconstitucionais, pois a Constituição Estadual não pode estabelecer tal vedação, e a relevância da atividade deve ser definida em lei;
- (D) os arts. 100 e 101 são constitucionais, pois compete a cada Estado regular, em sua Constituição, a forma pela qual se dará a sua participação na atividade econômica;
- (E) os arts. 100 e 101 somente serão constitucionais se demonstrado que as finanças do Estado estão plenamente ajustadas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

64

Pablo decidiu ingressar no serviço público em razão das vantagens pecuniárias oferecidas pelo respectivo regime jurídico. Poucos dias antes de preencher o requisito temporal de cinco anos de efetivo exercício da função pública, o que lhe permitiria obter uma vantagem pecuniária, foi promulgada lei extinguindo essa vantagem. Por sentir-se enganado pelo Poder Público, decidiu ingressar, no mesmo dia, com uma ação judicial pleiteando o pagamento da vantagem pecuniária que foi extinta. À luz da sistemática constitucional, a pretensão de Pablo deve ser julgada:

- (A) procedente, já que a nova lei violou uma legítima expectativa de direito;
- (B) improcedente, porque não demonstrado o exaurimento da instância administrativa;
- (C) procedente, porque a lei superveniente não poderia afrontar as regras do regime jurídico que a antecedeu;
- (D) improcedente, porque a incidência imediata da nova lei não afrontou qualquer direito fundamental;
- (E) procedente, em razão da manifesta violação ao ato jurídico perfeito.

65

O Prefeito do Município WX teve uma gestão muito conturbada, com diversas notícias de desvio de recursos públicos. Ao apreciar suas contas anuais de governo, o Tribunal de Contas competente concluiu pela necessidade de serem rejeitadas.

Esse pronunciamento, à luz da sistemática constitucional:

- (A) deve ser considerado definitivo, acarretando, por si só, a rejeição das contas;
- (B) deve ser acolhido, pela Câmara Municipal, para que se torne efetivo e produza os seus efeitos legais;
- (C) somente pode ser rejeitado, pela Câmara Municipal, pela unanimidade dos seus membros;
- (D) pode ser rejeitado pela maioria dos membros da Câmara Municipal;
- (E) deve ser rejeitado, por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, para que deixe de prevalecer.

66

A lei orgânica do Município XY, ao tratar das garantias dos vereadores, dispôs, em seu art. 20, que a Casa Legislativa poderia suspender o processo criminal a que estivessem respondendo. Ainda dispôs, em seu art. 21, sobre a imunidade material dos vereadores nos seguintes termos: *“fica assegurada a inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, independentemente do lugar em que se encontrem.”* À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) os arts. 20 e 21 apresentam vícios de inconstitucionalidade;
- (B) somente o art. 20 apresenta vício de inconstitucionalidade;
- (C) somente o art. 21 apresenta vício de inconstitucionalidade;
- (D) os arts. 20 e 21 são plenamente constitucionais;
- (E) o art. 20 será constitucional se ajustar-se à Constituição Estadual.

67

O Presidente da República apresentou, ao Congresso Nacional, uma proposta de emenda constitucional, a qual, por ocasião de sua análise no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, foi alvo de substitutivo, aprovado pela Comissão e posteriormente rejeitado pelo Plenário da Casa Legislativa. À luz da sistemática constitucional, com a rejeição do substitutivo:

- (A) a proposta de emenda constitucional não pode continuar a tramitar, devendo ser arquivada;
- (B) a proposta original pode ser votada, desde que na sessão legislativa seguinte;
- (C) a proposta, em respeito ao bicameralismo, deve seguir para a apreciação do Senado Federal;
- (D) a proposta original pode ser votada na mesma sessão legislativa;
- (E) o substitutivo rejeitado pode ser desarquivado na sessão legislativa seguinte.

68

A Constituição do Estado WW dispôs que, no mínimo, 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do Estado e dos Municípios situados em seu território deveria ser aplicada em programas de assistência social voltados aos moradores de rua. À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que comando dessa natureza é:

- (A) constitucional em relação ao Estado e inconstitucional em relação aos Municípios;
- (B) inconstitucional em relação ao Estado e aos Municípios;
- (C) inconstitucional em relação ao Estado e constitucional em relação aos Municípios;
- (D) constitucional em relação ao Estado e aos Municípios;
- (E) constitucional em relação aos Municípios, desde que preservada a autonomia municipal.

69

Determinada lei ordinária federal disciplinou os prazos de prescrição, para a cobrança de créditos oriundos de contribuições previdenciárias regularmente constituídos em favor da União. Um contribuinte, ao ser notificado para o pagamento do débito, isso com observância do prazo prescricional estabelecido na referida lei, argumentou com a sua inconstitucionalidade. À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que a lei é:

- (A) constitucional, pois os prazos de prescrição de qualquer crédito da União podem ser disciplinados em lei ordinária;
- (B) inconstitucional, pois os prazos de prescrição dos créditos tributários devem ser disciplinados em lei complementar;
- (C) constitucional, pois apenas os prazos de prescrição dos créditos tributários devem ser disciplinados em lei complementar;
- (D) inconstitucional, pois a legislação infraconstitucional não pode disciplinar essa espécie de prazo prescricional;
- (E) constitucional, já que a prescrição configura projeção da competência tributária de cada ente federativo.

70

Determinado Estado da Federação promulgou lei cujo único objeto era a prorrogação, por prazo irrazoável e sem licitação, do contrato de concessão de serviço público celebrado com determinada sociedade empresária. Ao tomar conhecimento dessa situação, um partido político com representação no Congresso Nacional decidiu ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Em relação à referida ação, é correto afirmar que esse Tribunal:

- (A) não irá conhecê-la, pois a lei em sentido meramente formal não consubstancia verdadeiro ato normativo;
- (B) irá conhecê-la, pois todo e qualquer ato normativo, legal ou infralegal, sempre está sujeito a esse tipo de controle;
- (C) não irá conhecê-la, pois somente os atos normativos gerais e abstratos estão sujeitos a esse tipo de controle;
- (D) não irá conhecê-la, pois se trata de uma lei de efeitos concretos;
- (E) irá conhecê-la, pois a exigência de generalidade do ato normativo não prevalece em relação à lei em sentido formal.

71

Ao prever as disposições gerais no capítulo sobre a Administração Pública, a Constituição Federal estabeleceu, em matéria de servidores da área de fazenda pública, que:

- (A) os servidores fiscais terão regime diferenciado de aposentadoria, levando em conta a natureza e a complexidade das funções desempenhadas, na forma da lei;
- (B) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;
- (C) a acumulação de dois cargos públicos de fiscal de tributos é permitida, desde que haja compatibilidade de horários e a remuneração total não ultrapasse o teto constitucional;
- (D) aos servidores públicos da área fiscal da administração direta em qualquer nível da federação é vedado o exercício, em qualquer hipótese, de mandato eletivo;
- (E) a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração é permitida para o pessoal da área fiscal do serviço público.

72

O prédio onde funcionava a Secretaria Municipal de Fazenda foi desativado e a citada secretaria foi instalada em outro local com estrutura mais compatível com suas atividades. Em matéria de classificação de bens públicos quanto à destinação, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o prédio originário, respectivamente, no momento em que abrigava a citada secretaria e quando ficou desativado (sem destinação pública específica) é considerado:

- (A) bem dominical e bem de uso comum do povo, sendo certo que a desativação do prédio implicou sua desafetação;
- (B) bem de uso comum do povo e bem indisponível, sendo certo que a desativação do prédio implicou sua alienação;
- (C) bem de uso comum do povo e bem de uso delegado, sendo certo que a desativação do prédio implicou sua indisponibilidade;
- (D) bem de uso comum do povo e bem de uso especial, sendo certo que a desativação do prédio implicou sua afetação;
- (E) bem de uso especial e bem dominical, sendo certo que a desativação do prédio implicou sua desafetação.

73

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a convalidação do ato administrativo é o processo de que se vale a Administração Pública para:

- (A) anular atos administrativos praticados com vício de legalidade, com base na prerrogativa da autotutela, que possibilita ao agente público rever seus próprios atos, para atender ao ordenamento jurídico;
- (B) revogar atos administrativos praticados com vício em seu mérito, por questões de oportunidade e conveniência, com base na prerrogativa da discricionariedade, que possibilita ao agente público rever seus próprios atos;
- (C) retificar atos administrativos que, embora praticados sem quaisquer vícios, devem ser modificados para melhor atender aos fins públicos a que se destinam, com base no princípio da eficiência;
- (D) aperfeiçoar atos administrativos com qualquer tipo de vício, de forma a ratificá-los em sua totalidade, com efeitos *ex nunc*, isto é, contados a partir do momento da ratificação;
- (E) aproveitar atos administrativos com vícios superáveis, de forma a confirmá-los no todo ou em parte, com efeitos *ex tunc*, ou seja, retroage ao momento em que foi praticado o ato originário.

74

Ronaldo deu entrada em hospital municipal com quadro de dengue, mas demorou mais de dezoito horas para ser atendido. Ficou comprovado pela perícia que, exclusivamente em razão da omissão específica em seu atendimento médico, Ronaldo contraiu infecção hospitalar e sofreu grave hemorragia. Após obter alta, o paciente ingressou com ação em face do Município, comprovando os danos materiais e morais que sofreu, e obteve indenização com base na responsabilidade civil:

- (A) objetiva do Município, na qual é prescindível ao autor a comprovação do dolo ou culpa dos agentes públicos responsáveis pela omissão;
- (B) objetiva do Município, na qual é imprescindível ao autor a comprovação do dolo ou culpa dos agentes públicos responsáveis pela omissão;
- (C) subjetiva do Município, na qual é imprescindível ao autor a comprovação do dolo ou culpa dos agentes públicos responsáveis pela omissão;
- (D) subjetiva do Município, na qual é prescindível ao autor a comprovação do dolo ou culpa dos agentes públicos responsáveis pela omissão;
- (E) subjetiva do Município, na qual é irrelevante a ocorrência da omissão específica, do nexa causal e do dolo ou culpa, bastando ao autor comprovar o dano.

75

As pessoas qualificadas como organizações sociais (OS's) devem ostentar alguns fundamentos ou características principais, conforme exigido pela Lei nº 9.637/98, por exemplo:

- (A) ter personalidade jurídica de direito público e possuir em seu estatuto objeto social relacionado com as atividades que desempenhará após o contrato de gestão;
- (B) estar habilitada estatutariamente para prestar serviços públicos essenciais compatíveis com o termo de parceria e possuir fins lucrativos;
- (C) destinar-se ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde;
- (D) possuir autonomia em seu órgão colegiado de deliberação superior, vedada a participação de representantes do Poder Público e de membros da comunidade;
- (E) ser obrigatória a distribuição de bens e de parcela do patrimônio líquido advinda do lucro anual, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado.

76

Com base na doutrina de Direito Administrativo, o controle de mérito da atividade administrativa é feito:

- (A) pela própria Administração Pública, por razões de conveniência e oportunidade, e, em regra, não se submete à sindicabilidade pelo Poder Judiciário;
- (B) pela própria Administração Pública e pelo Poder Judiciário, por razões de conveniência e oportunidade, com base nos princípios da autotutela e acesso à Justiça;
- (C) mediante controle interno exercido pelo Tribunal de Contas e por meio de controle externo do Poder Judiciário;
- (D) somente mediante controle interno exercido pelo Tribunal de Contas, em respeito ao princípio constitucional da separação dos poderes;
- (E) pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pela prerrogativa da discricionariedade, com base no sistema constitucional de freios e contrapesos.

77

Prefeito Municipal deseja contratar determinada sociedade empresária para prestar serviços técnicos de consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias, mediante inexigibilidade de licitação, pelo valor global de trezentos mil reais, compatível com o preço de mercado. Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral do Município emitiu parecer, com base na Lei nº 8.666/93, no sentido da:

- (A) inviabilidade da contratação na forma pretendida, haja vista que seria imprescindível prévia licitação na modalidade pregão;
- (B) inviabilidade da contratação na forma pretendida, haja vista que seria imprescindível prévia licitação na modalidade tomada de preços;
- (C) inviabilidade da contratação na forma pretendida, haja vista que seria imprescindível prévia licitação na modalidade concorrência;
- (D) viabilidade da contratação na forma pretendida, desde que os serviços sejam de natureza singular, com empresa de notória especialização;
- (E) viabilidade da contratação na forma pretendida, desde que a contratada já seja concessionária ou permissionária prestadora de serviço público.

78

Após regular processo licitatório, determinada sociedade empresária firmou contrato de concessão com o Município para prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros. No curso do contrato, durante o prazo da concessão, o poder concedente retomou a prestação do serviço, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica. No caso em tela, com base na Lei nº 8.987/95, ocorreu a extinção da concessão mediante:

- (A) encampação, após o prévio pagamento de indenização;
- (B) caducidade, com o ulterior pagamento de indenização;
- (C) rescisão, com o ulterior pagamento de indenização;
- (D) revogação, após o prévio pagamento de indenização;
- (E) anulação, com o ulterior pagamento de indenização.

79

Prefeito Municipal, no exercício da função e utilizando verba pública, determinou a confecção e distribuição de milhares de panfletos, às vésperas do dia dos pais, com os seguintes dizeres: *“O Prefeito Fulano, na qualidade de melhor administrador público do país e verdadeiro pai para seus administrados, deseja feliz dia dos pais a todos. Nas próximas eleições, continuem me prestigiando com o seu voto!”*. Essa conduta do agente político feriu, frontal e mais diretamente, os seguintes princípios administrativos expressos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal:

- (A) probidade e pessoalidade;
- (B) indisponibilidade e legalidade;
- (C) autotutela e igualdade;
- (D) impessoalidade e moralidade;
- (E) isonomia e eficiência.

80

Fernando, servidor público municipal, no exercício da função inerente ao seu cargo efetivo de Fiscal de Tributos, agiu negligentemente na arrecadação de tributo municipal. De acordo com a Lei nº 8.429/92, em tese, Fernando:

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa, para cuja configuração é imprescindível conduta dolosa;
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, porque não se beneficiou direta e economicamente;
- (C) não praticou ato de improbidade administrativa, devendo apenas ser responsabilizado em âmbito disciplinar;
- (D) deve ser condenado, mediante processo administrativo, às sanções previstas na citada lei, por ter praticado ato de improbidade administrativa;
- (E) deve ser condenado, mediante processo judicial de natureza cível, às sanções previstas na citada lei, por ter praticado ato de improbidade administrativa.

81

Em decorrência de disposição testamentária, um pequeno sítio de cinco hectares, com duas casas e outras benfeitorias, foi transmitido para Maria, ficando em usufruto vitalício para Eduardo. Acontece que o referido imóvel, por desídia de Eduardo, foi invadido por Sérgio e Ana, os quais, por terem permanecido residindo no bem por longo período, lograram obter sentença favorável em ação de usucapião cujo processo teve Maria e Eduardo no polo passivo da relação processual.

Diante do caso em questão, por se tratar a usucapião:

- (A) de um modo derivado de aquisição da propriedade, Sérgio e Ana passaram a ter a nua propriedade do imóvel, permanecendo Eduardo como usufrutuário, não restando qualquer direito para Maria;
- (B) de um modo derivado de aquisição da propriedade, Sérgio e Ana passaram a ter a propriedade plena do imóvel, extinguindo-se o usufruto de Eduardo e restando para Maria direito indenizatório em relação a este;
- (C) de um modo derivado de aquisição da propriedade, Sérgio e Ana passaram a ter a nua propriedade do imóvel, permanecendo Maria como usufrutuária, não restando qualquer direito para Eduardo;
- (D) de um modo originário de aquisição da propriedade, Sérgio e Ana passaram a ter a propriedade plena do imóvel, extinguindo-se o usufruto de Eduardo, restando para Maria direito indenizatório em relação a este;
- (E) de um modo originário de aquisição da propriedade, Sérgio e Ana passaram a ter a nua propriedade do imóvel, permanecendo Eduardo como usufrutuário, não restando qualquer direito para Maria.

82

Valéria, proprietária de um apartamento situado na Praia de Icará, fez doação do referido imóvel para Fernanda, com reserva de usufruto vitalício para Caio. Após sete anos, em decorrência de um processo de execução ajuizado por força de inadimplência de Fernanda em contrato de empréstimo bancário, houve a penhora do direito de propriedade do imóvel em questão, e conseqüente alienação em hasta pública. É correto afirmar que o direito real de usufruto de Caio:

- (A) se extinguiu, por se tratar de direito real acessório da propriedade;
- (B) se extinguiu, pois não prevalece diante da alienação feita em hasta pública;
- (C) se mantém, embora o imóvel fique suscetível de ação reivindicatória por parte do arrematante, o que exclui o direito de Caio de utilização do bem;
- (D) permanece intangível, até o falecimento de Caio ou outra causa de extinção;
- (E) permanece intangível, se a Caio não for garantido o direito de preferência na arrematação.

83

Girvane, completamente embriagado, ao atravessar a Avenida Roberto Silveira, em Niterói, correu na frente de um caminhão pertencente a uma entidade empresária do setor de construção civil, a qual estava prestando serviço para a Municipalidade. Consequentemente, Girvane foi atropelado e morreu. Considerando que o motorista não tinha como desviar de Girvane e que os sinais estavam abertos para os veículos e fechados para os pedestres, no momento do acidente, é correto afirmar que:

- (A) não há dever de indenizar na hipótese, já que a responsabilidade civil é objetiva;
- (B) há dever de indenizar na hipótese, já que a responsabilidade civil é objetiva;
- (C) não há responsabilidade civil, já que houve um caso de fato exclusivo da vítima que excluiu o nexo causal;
- (D) não há responsabilidade civil, já que houve um caso de fato exclusivo da vítima que excluiu a culpa;
- (E) há dever de indenizar na hipótese, já que a responsabilidade civil é subjetiva.

84

Com o objetivo de evitar o atropelamento de diversas pessoas que estavam participando de uma manifestação de protesto de cunho político e se lançaram subitamente na pista de rolamento, o motorista do ônibus da entidade empresária de transporte municipal, Viagebem S.A., desviou o coletivo, vindo a colidir com uma loja comercial, que já se encontrava fechada, o que causou diversos danos.

É correto afirmar que, em relação ao proprietário da loja, a transportadora:

- (A) tem responsabilidade civil objetiva pelos danos causados;
- (B) não tem qualquer responsabilidade, já que o motorista não teve culpa pelo acidente;
- (C) não tem qualquer responsabilidade, já que o motorista agiu em estado de necessidade;
- (D) não tem qualquer responsabilidade, já que os danos foram causados pelas pessoas que estavam participando do protesto e se lançaram na pista de rolamento;
- (E) tem responsabilidade civil subjetiva pelos danos causados.

85

Fernando, após sete anos de matrimônio, separou-se de fato de Andréia e começou a viver maritalmente com Virgília, com quem já mantém relação de união estável há seis anos, residindo o casal em imóvel de propriedade exclusiva dele. É correto afirmar que, com o falecimento de Fernando, Virgília:

- (A) não tem o direito de habitação sobre o imóvel, por não ter contraído matrimônio;
- (B) tem o direito de habitação sobre o imóvel, em virtude da relação de união estável;
- (C) não tem o direito de habitação sobre o imóvel, pelo fato de Fernando não ter se separado judicialmente de sua esposa;
- (D) não tem o direito de habitação sobre o imóvel, pelo fato de Fernando não ter se divorciado de sua esposa;
- (E) tem o direito de habitação sobre o imóvel, pelo fato de Fernando não ter se separado judicialmente de sua esposa.

86

Maurício, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, é proprietário de uma casa situada no Bairro de Cambinhas, Niterói, Estado do Rio de Janeiro, onde costuma passar os feriados prolongados e as férias. Ao lado do imóvel de Maurício, há um terreno que, por estar aparentemente abandonado, ele ocupou, cercou e mantém como área de lazer. Com relação ao referido terreno, é correto afirmar que Maurício é:

- (A) mero detentor;
- (B) possuidor pleno;
- (C) possuidor indireto, já que o utiliza apenas eventualmente;
- (D) possuidor direto, já que o utiliza apenas eventualmente;
- (E) possuidor direto, mas não pode utilizar-se das ações possessórias.

87

Acrísio outorgou mandato a Samuel, por instrumento público e com poderes expressos para substabelecer, para representá-lo na celebração de um contrato de compra e venda de um automóvel. Ocorre que por força de um problema familiar que o impediria de cumprir o mandato, Samuel substabeleceu os poderes, por instrumento particular, para Felícia, que realizou a compra do veículo representando Acrísio.

É correto afirmar que o contrato em questão é:

- (A) perfeitamente válido, já que o substabelecimento pode ser feito por instrumento particular, ainda que o mandato tenha sido outorgado por instrumento público;
- (B) nulo, já que o substabelecimento tem que ser feito pela mesma forma que o mandato;
- (C) anulável, já que o substabelecimento tem que ser feito pela mesma forma que o mandato;
- (D) ineficaz, já que o substabelecimento tem que ser feito pela mesma forma que o mandato;
- (E) válido, já que, embora o substabelecimento tenha necessariamente que ser feito pela mesma forma que o mandato, quando não se verifica prejuízo, não há vício.

88

Clementina, ao ser procurada por Valério para a compra de seu apartamento, propôs a constituição onerosa de um usufruto de vinte anos de duração, pelo preço de duzentos e cinquenta mil reais. Diante da concordância de Valério, celebraram um contrato por escritura pública, o qual foi devidamente levado ao registro imobiliário. É correto afirmar que, no caso:

- (A) o negócio jurídico é nulo, já que o usufruto sobre imóvel se constitui por usucapião ou por registro no Cartório de Registro de Imóveis, e não por contrato;
- (B) trata-se, na realidade, de uma hipótese de contrato de locação residencial regida pela Lei do Inquilinato, já que não há usufruto constituído por meio de contrato oneroso;
- (C) o negócio jurídico é anulável, já que o usufruto sobre imóvel se constitui por usucapião ou por registro no Cartório de Registro de Imóveis, e não por contrato;
- (D) o usufruto foi constituído, porém o pagamento do valor de duzentos e cinquenta mil reais constitui obrigação natural, já que a gratuidade é da essência desse direito real;
- (E) o usufruto foi perfeitamente constituído, podendo o negócio ser oneroso ou gratuito.

89

Petrônio, com quarenta e oito anos de idade, em decorrência de sua convicção quanto a pertencer ao gênero feminino, especialmente por sua preferência sexual, modo de se vestir e de se portar no meio social em que vive, submeteu-se à cirurgia de transgenitalização. Considerando o êxito da cirurgia, Petrônio ajuizou ação pleiteando alteração do seu registro civil quanto ao sexo e ao nome, para que conste o prenome Patrícia e o sexo feminino.

É correto afirmar que o pedido de Petrônio deve ser:

- (A) indeferido, já que tais registros são absolutamente imutáveis na sistemática do direito brasileiro;
- (B) deferido, já que é de livre escolha das pessoas a identificação sexual e o nome que deve constar do registro civil;
- (C) indeferido, já que a viabilidade de alteração do registro civil quanto ao nome e ao sexo termina quando a pessoa alcança vinte e cinco anos de idade;
- (D) deferido, já que, embora imutável a princípio o registro civil quanto a esses aspectos, as circunstâncias ensejam uma proteção à dignidade da pessoa humana, viabilizando o resguardo desse direito da personalidade;
- (E) indeferido, já que a viabilidade de alteração do registro civil quanto ao nome e ao sexo termina quando a pessoa alcança trinta e cinco anos de idade.

90

Fabrcício celebrou contrato de promessa de compra e venda de um terreno com Milena. O contrato foi pactuado por escritura pública e o pagamento foi convencionado em trinta e seis parcelas mensais, com uma entrada no ato da escritura a título de arras, sem previsão do direito de arrependimento. Após o pagamento da sétima parcela, Fabrcício restou inadimplente durante oito meses, o que fez com que Milena pleiteasse a rescisão do contrato. Considerando que não houve qualquer referência à natureza das arras, é correto afirmar que:

- (A) além de reter as arras, Milena tem direito à indenização suplementar;
- (B) todos os valores pagos por Fabrcício devem ser restituídos para evitar um locupletamento sem causa;
- (C) Milena tem direito tão somente a reter as arras pagas por Fabrcício;
- (D) como se trata de arras confirmatórias, Milena não tem direito a rescindir o contrato, podendo apenas cobrar os valores devidos por Fabrcício;
- (E) como se trata de arras penitenciais, Milena não tem o direito de rescindir o contrato, podendo apenas cobrar os valores devidos por Fabrcício.

91

Firmino adquiriu uma casa no bairro Fonseca, em área fechada, abrangida pela associação de moradores denominada MORAR BEM. No local há uma guarita com uma cancela e quatro porteiros, que são pagos pela associação e que se revezam trabalhando na segurança do local. A área é mantida sempre limpa por três funcionários contratados pela associação. Todos os moradores do local pagam uma taxa de manutenção de cento e oitenta reais mensais, que bastam para o pagamento das despesas.

Ocorre que Firmino se recusa a pagar a referida taxa. Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) para fins de evitar locupletamento sem causa de Firmino, é viável a cobrança judicial da taxa pela associação;
- (B) pelo princípio da solidariedade, é viável a cobrança judicial da taxa pela associação;
- (C) por ser absolutamente ilegal, não há obrigação de Firmino pagar a taxa;
- (D) por ter previsão legal expressa, é viável a cobrança judicial da taxa pela associação;
- (E) por não ter aderido expressamente à associação, não há obrigação de Firmino pagar a taxa.

92

Vivian reside em imóvel de natureza rural em um bairro de Niterói, e, em virtude de dificuldades de acesso à via pública decorrente da distância entre a sede de sua propriedade e a estrada, convencionou com Joaquim, proprietário do sítio vizinho, a utilização de passagem pela sua área, a qual viabilizava melhor acesso. Firmaram contrato escrito, convencionando valor a ser pago anualmente por Vivian pela passagem, assim como sua obrigação pelas obras de pavimentação, porteira e manutenção da passagem. Após doze anos do pacto, em decorrência do falecimento de Joaquim, seus familiares, por meio do espólio, denunciaram o contrato e solicitaram que Vivian não mais utilizasse a passagem. Acontece, porém, que em decorrência da recalcitrância de Vivian, ajuizaram ação de reintegração de posse, tendo sido argumentado, como matéria de defesa, a usucapião do direito real de servidão.

É correto afirmar que:

- (A) assiste razão a Vivian, já que as obras por ela realizadas tornaram a posse da servidão aparente, viabilizando sua aquisição por meio de usucapião;
- (B) assiste razão a Vivian, já que as obras por ela realizadas tornaram a posse da servidão não aparente, viabilizando sua aquisição por meio de usucapião;
- (C) não assiste razão a Vivian, já que se trata de servidão não aparente, inviabilizando sua aquisição por meio de usucapião;
- (D) não assiste razão a Vivian, já que sua posse era decorrente de contrato, inviabilizando sua aquisição por meio de usucapião;
- (E) assiste razão a Vivian, já que sua posse era decorrente de contrato, viabilizando sua aquisição por meio de usucapião.

93

Carolina, sessenta e dois anos de idade, foi citada em ação de interdição proposta por seus três filhos. O pedido de nomeação de curador provisório foi indeferido e o processo teve seu trâmite normal. Três anos após, nem mesmo a perícia foi designada, ocasião na qual Carolina, na qualidade de promissária compradora, celebrou contrato de promessa de compra e venda de um terreno na Região Oceânica, Niterói. Pagou um preço inferior ao de mercado.

Sete anos após a compra, é proferida sentença de interdição parcial de Carolina, como relativamente incapaz.

Sobre o contrato de promessa de compra e venda, é correto afirmar que é:

- (A) nulo;
- (B) inexistente;
- (C) válido;
- (D) ineficaz;
- (E) anulável.

94

Após vinte e três anos exercendo posse mansa e pacífica, com *animus domini*, de área de trinta e três mil metros quadrados, Irani ajuizou ação de usucapião do imóvel. Considerando que foi proferida sentença julgando procedente o pedido, a qual transitou em julgado, vindo a ser devidamente registrada junto ao registro de imóveis, é correto afirmar que Irani:

- (A) continuará sendo mero possuidor por mais três anos, tornando-se proprietário ao término do referido prazo;
- (B) tornou-se proprietário quando do registro da referida sentença;
- (C) tornou-se proprietário quando da prolatação da sentença;
- (D) tornou-se proprietário quando do trânsito em julgado da sentença;
- (E) já era proprietário do imóvel, antes mesmo de proferida a sentença de usucapião.

95

Celebrado contrato de promessa de compra e venda de um apartamento, o qual não foi levado ao registro imobiliário, tendo havido a imissão do promitente comprador na posse do bem, ele, após pagar três meses de cotas condominiais, ficou-se inerte, estando inadimplente já há doze meses. Considerando que o Condomínio, através do seu representante, ficou ciente da transação, inclusive por ser fato notório no prédio, é correto afirmar que:

- (A) o promitente vendedor fica exclusivamente responsável pelo pagamento das cotas condominiais em atraso, podendo cobrar regressivamente do promitente comprador;
- (B) o promitente vendedor e o promitente comprador são responsáveis pelo pagamento das cotas condominiais em atraso, reservado o direito regressivo do primeiro em relação ao segundo quanto ao que for obrigado a pagar;
- (C) a responsabilidade pelo pagamento é exclusivamente do promitente comprador;
- (D) o promitente vendedor fica exclusivamente responsável pelo pagamento das cotas condominiais em atraso, não podendo cobrar regressivamente do promitente comprador;
- (E) o promitente vendedor e o promitente comprador são responsáveis pelo pagamento das cotas condominiais em atraso, não havendo o direito regressivo do primeiro em relação ao segundo quanto ao que for obrigado a pagar.

96

Itatiaia Banco Múltiplo S.A., com carteira de crédito imobiliário, pretende emitir Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por alienação fiduciária de imóveis. A afirmativa abaixo que traduz corretamente uma característica da LCI a ser observada pelo Itatiaia Banco Múltiplo S.A. quando de sua emissão é:

- (A) a critério de Itatiaia Banco Múltiplo S.A., a LCI poderá ser emitida sob forma escritural para ser registrada em sistemas de registro e liquidação financeira de títulos privados autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários;
- (B) a critério de Itatiaia Banco Múltiplo S.A., a LCI poderá assegurar aos tomadores garantia fidejussória adicional ao lastro dos créditos imobiliários garantidos por alienação fiduciária;
- (C) a cláusula à ordem é requisito essencial na LCI, portanto sua circulação se dá por endosso, em branco ou em preto, mas o endossante não é coobrigado cambiário;
- (D) no certificado de emissão da LCI devem constar a forma, a periodicidade e o local de pagamento do principal, dos juros e da atualização monetária;
- (E) o Itatiaia Banco Múltiplo S.A. poderá garantir por um ou mais créditos imobiliários o pagamento, mas a soma do principal de todas as LCI emitidas não pode exceder 50% (cinquenta por cento) do valor total dos créditos imobiliários em seu poder.

97

Casimiro sacou uma letra de câmbio em face de Fidélis com vencimento no dia 11/09/2015. Na cártula foi designado como tomador Conceição. A cambial teve três endossos, sendo o segundo parcial e no terceiro e último houve aposição da cláusula “proibição de novo endosso”. Levy, último endossatário, apresentou o título a Fidélis que, ao aceitá-lo, alterou o lugar do pagamento de Saquarema para Niterói.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- (A) Fidélis é o coobrigado na letra de câmbio, sendo considerada não escrita para fins cambiários a modificação do aceite perante o endossatário;
- (B) em razão do endosso parcial na segunda transmissão da cambial, o endossante não assumiu responsabilidade pelo pagamento;
- (C) Levy poderá considerar o aceite de Fidélis como recusado diante da alteração do lugar de pagamento;
- (D) diante da cláusula cambiária inserida pelo terceiro endossante, esse não responde cambiariamente perante o endossatário Levy;
- (E) como efeito da alteração do lugar do pagamento por Fidélis, o sacador torna-se obrigado principal e direto.

98

Paulo e Miguel decidiram constituir uma sociedade em conta de participação e desejam ter informações sobre tal sociedade. Nos termos do que dispõe o Código Civil sobre esse tipo, é correto afirmar que:

- (A) aplica-se à sociedade em conta de participação, subsidiariamente e no que com ela for compatível, o disposto para a sociedade simples, e a sua liquidação rege-se pelas normas relativas à dissolução das sociedades em comum;
- (B) a contribuição do sócio participante na sociedade em conta de participação constitui, com a do sócio ostensivo, patrimônio especial, mas tal especialização patrimonial não produz efeitos em relação a terceiros;
- (C) não se trata legalmente de sociedade, pois para existir sociedade é preciso que os sócios sejam todos aparentes, o que não ocorre no tipo em conta de participação;
- (D) embora a sociedade em conta de participação não seja personificada, poderá adquirir personalidade jurídica com o arquivamento do ato constitutivo em qualquer registro;
- (E) o sócio ostensivo deverá ser pessoa natural, tal qual ocorre na sociedade simples, enquanto o sócio participante poderá ser pessoa física ou jurídica.

99

A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) é uma pessoa jurídica que pode ser constituída por pessoa natural, desde que seja aportado um valor em bens ou em numerário de, no mínimo, 100 (cem) salários mínimos, totalmente integralizado. Em relação a EIRELI, analise as afirmativas a seguir:

- I. O administrador da EIRELI, sempre pessoa natural, poderá ser designado no ato de constituição ou em ato separado.
- II. O nome empresarial da EIRELI não pode ser usado pelo instituidor, exceto se for administrador com os necessários poderes.
- III. A pessoa natural somente poderá instituir uma EIRELI para participar dela.
- IV. A EIRELI enquadrada como microempresa terá direito, em sede de recuperação judicial, ao parcelamento de seus débitos com prazos 20% (vinte por cento) maiores do que aqueles ordinariamente concedidos.
- V. Em caso de concentração de todas as quotas de uma sociedade empresária na titularidade de sócio pessoa natural, esse poderá requerer a transformação do registro em EIRELI.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente III;
- (B) somente II e IV;
- (C) somente I, II e V;
- (D) somente I, II, IV e V;
- (E) I, II, III, IV e V.

100

No contrato de arrendamento de um dos estabelecimentos da sociedade empresária Abreu & Cia Ltda., celebrado pelo prazo de 10 (dez) anos, não houve estipulação autorizando o arrendatário a fazer concorrência ao arrendador. A partir desse dado, é correto afirmar que o arrendador:

- (A) não poderá fazer concorrência ao arrendatário pelo prazo do contrato, porém esse prazo fica limitado a cinco anos;
- (B) poderá fazer concorrência ao arrendatário, porque as cláusulas implícitas ou expressas de proibição de concorrência são nulas;
- (C) diante da omissão no contrato quanto à proibição de concorrência, poderá fazer concorrência ao arrendatário pelo prazo do contrato;
- (D) não poderá fazer concorrência ao arrendatário pelo prazo do contrato, mesmo que esse seja maior do que cinco anos;
- (E) não poderá fazer concorrência ao arrendatário porque o prazo de duração do contrato coincide com o máximo fixado em lei para a cláusula de proibição de concorrência.

101

A partir da previsão contida no art. 1.143 do Código Civil, segundo o qual “pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza”, é possível afirmar que tal instituto tem natureza de:

- (A) comunhão ou universalidade de direitos;
- (B) universalidade de fato;
- (C) patrimônio de afetação;
- (D) pessoa jurídica de direito privado;
- (E) pessoa formal, sem personalidade jurídica.

102

Sobre a escrituração do empresário, é correto afirmar que:

- (A) o pequeno empresário, assim definido como o empresário individual caracterizado como microempresa que aufera receita bruta anual até o limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) está dispensado de levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- (B) entre os valores do ativo do patrimônio do empresário não pode figurar a quantia efetivamente paga a título de aviamento de estabelecimento adquirido por ele, pois esse valor deve figurar no passivo;
- (C) o balanço patrimonial deve ser lançado no Livro Diário e o balanço de resultado econômico no Livro Razão, devendo ambos ser assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário;
- (D) o juiz só poderá autorizar a exibição parcial dos livros e papéis de escrituração do empresário quando necessária para resolver questões relativas à sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência;
- (E) os livros obrigatórios para todo e qualquer empresário, assim compreendidos o Diário, Caixa e Registro de Duplicatas, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, antes de postos em uso.

103

Cerâmica Natividade Ltda. teve processada sua recuperação judicial, mas está sendo executada pela Fazenda Pública Municipal em várias ações. Com o processamento da recuperação judicial, é correto afirmar que as execuções fiscais:

- (A) ficarão suspensas por até 180 (cento e oitenta) dias e haverá deslocamento da competência para o juízo da recuperação, o mesmo ocorrendo se a falência tivesse sido decretada;
- (B) não ficarão suspensas, mas haverá deslocamento da competência para o juízo da recuperação, ao contrário do que ocorreria se a falência tivesse sido decretada;
- (C) ficarão suspensas até a concessão da recuperação, mas não haverá deslocamento da competência para o juízo da recuperação, o mesmo ocorrendo se a falência tivesse sido decretada;
- (D) ficarão suspensas por até 180 (cento e oitenta) dias, mas não haverá deslocamento da competência para o juízo da recuperação, ao contrário do que ocorreria se a falência tivesse sido decretada;
- (E) não ficarão suspensas e não haverá deslocamento da competência para o juízo da recuperação, o mesmo ocorrendo se a falência tivesse sido decretada.

104

Os sócios da sociedade Restaurante Rio Bonito Ltda. ME, em reunião, aprovaram por maioria de 4/5 (quatro quintos) do capital social a dissolução. A sociedade foi constituída por prazo indeterminado e o contrato prevê que o liquidante será o sócio com maior participação no capital.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- (A) a partir da investidura do liquidante, a administração da sociedade limitada passa a ser compartilhada entre ele e os atuais administradores, cabendo ao primeiro os atos relacionados à liquidação e a estes os atos de representação da sociedade;
- (B) respeitados os direitos dos credores preferenciais, o liquidante pagará as dívidas sociais, com prioridade para as vencidas e, no momento do vencimento, as vencidas com desconto;
- (C) nas sociedades limitadas cujo contrato possui regência supletiva pela lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76), cabe aos administradores a nomeação do liquidante;
- (D) realizado o pagamento de mais da metade do passivo devidamente escriturado, os sócios podem resolver, por maioria de votos, antes de ultimada a liquidação, que o liquidante faça rateios por antecipação da partilha, à medida em que se apurem os haveres sociais;
- (E) encerrada a liquidação da sociedade, o credor não satisfeito só terá direito a exigir dos sócios, individualmente, o pagamento do seu crédito, até o limite da soma por eles recebida em partilha, e a propor contra o liquidante ação de perdas e danos.

105

Trajano pretende ingressar num sistema de franquia empresarial e consulta a circular de oferta fornecida pelo franqueador. Ao ler o documento, Trajano percebe que apenas uma das informações da circular está de acordo com a legislação, qual seja:

- (A) informação ao franqueado sobre a remuneração devida ao franqueador pelo uso do sistema, da marca ou em troca dos serviços efetivamente prestados pelo franqueador ao franqueado;
- (B) apresentação pelo franqueador ao franqueado dos balanços e das demonstrações financeiras relativos ao último exercício social;
- (C) estipulação de que o contrato de franquia a ser celebrado somente terá validade a partir da sua inscrição no Registro de Títulos e Documentos – RTD;
- (D) declaração de que o franqueador assegurará ao franqueado direito de uso de marca, associado ao direito de distribuição de produtos, com a caracterização do vínculo empregatício entre eles;
- (E) apresentação da relação completa de todos os atuais franqueados, subfranqueados e subfranqueadores da rede, assegurado o sigilo quanto aos dados dos ex-franqueados e ex-subfranqueados.

106

Sobre o contrato de arrendamento mercantil, analise as afirmativas a seguir:

I. As operações de arrendamento mercantil somente podem ser realizadas por sociedades anônimas cujo objeto principal seja a prática de operações de arrendamento mercantil, pelos bancos múltiplos com carteira de arrendamento mercantil ou por cooperativas de crédito.

II. Considera-se arrendamento mercantil financeiro a modalidade em que o prazo contratual seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de vida útil econômica do bem e as despesas de manutenção, assistência técnica e serviços correlatos à operacionalidade do bem arrendado sejam de responsabilidade da arrendatária.

III. O contrato de arrendamento mercantil deve ser formalizado por instrumento público ou particular e conter a forma de pagamento das contraprestações por períodos determinados, não superiores a 1 (um) semestre, salvo no caso de operações que beneficiem atividades rurais, quando o pagamento pode ser fixado por períodos não superiores a 1 (um) ano.

IV. No arrendamento mercantil operacional, a manutenção, a assistência técnica e os serviços correlatos à operacionalidade do bem arrendado são de responsabilidade da arrendadora.

V. Nos contratos de arrendamento mercantil, deve haver previsão de a arrendatária pagar valor residual garantido (VRG) ao final do primeiro ano da vigência do contrato, não caracterizando o pagamento do VRG o exercício da opção de compra.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) II;
- (B) III;
- (C) II e IV;
- (D) I, III e V;
- (E) I, IV e V.

107

João, endossatário, apresentou um cheque, emitido em 30/09/2010, ao sacado para pagamento em 01/10/2010, que foi devolvido por insuficiência de fundos disponíveis com declaração escrita e datada da câmara de compensação. No cheque constam as assinaturas de Maria Madalena, emitente, e Sebastião, endossante. De acordo com as disposições da legislação pertinente, é correto afirmar que:

- (A) o protesto do cheque deve ser interposto no lugar de pagamento ou do domicílio do emitente, antes da expiração do prazo de apresentação. A inobservância dessa determinação acarreta a perda do direito de ação em face do emitente e seu avalista;
- (B) se Maria Madalena emitir o cheque em caráter *pro soluto*, a emissão ou a transferência do cheque não exclui a ação fundada na relação causal, feita a prova do não-pagamento;
- (C) o cheque emitido por Maria Madalena no dia 30/09/2010, apresentado por João no dia seguinte para pagamento, terá a data da devolução, por insuficiência de fundos, como termo inicial do prazo prescricional da ação de execução;
- (D) Sebastião ou João podem proibir que o cheque seja pago em dinheiro mediante a inscrição transversal, no verso ou anverso do título, da cláusula "para ser creditado em conta", ou outra equivalente. Nesse caso, o sacado só pode proceder a lançamento contábil (crédito em conta, transferência ou compensação), que vale como pagamento;
- (E) João deve dar aviso da falta de pagamento a Sebastião e Maria Madalena, nos 4 (quatro) dias úteis seguintes ao da devolução do cheque pela câmara de compensação.

108

No processo de falência de uma sociedade empresária, os débitos referentes ao imposto sobre a propriedade territorial urbana, referentes a fatos geradores ocorridos após a sentença de falência constituem:

- (A) créditos extraconcursais, pagos antes das quantias fornecidas à massa falida pelos credores;
- (B) créditos fiscais, pagos após os créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado;
- (C) créditos fiscais, pagos após os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho;
- (D) créditos extraconcursais, pagos após as custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida tenha sido vencida;
- (E) créditos fiscais, pagos antes dos créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.

109

O empresário e a sociedade empresária devem adotar um nome para o exercício da empresa, de acordo com o Código Civil. Esse instituto, conhecido como nome empresarial, possui regras para sua formação e utilização. A afirmativa que revela corretamente uma regra para utilização/formação do nome empresarial é:

- (A) a sociedade em nome coletivo deverá adotar firma como nome empresarial, que incluirá o nome de pelo menos um dos sócios, sendo facultativo o aditivo & Companhia, caso todos os sócios sejam nominados;
- (B) a denominação social é uma espécie de nome empresarial, também conhecida como “nome de fantasia”, porque nela não se inclui nome patronímico, apenas palavras ou expressões designativas do objeto social;
- (C) nas sociedades cujo capital é dividido em ações, é proibido o uso da firma social como nome empresarial, somente sendo permitido o uso da denominação com a indicação do objeto social;
- (D) o adquirente de estabelecimento por ato entre vivos ou causa mortis, pode usar a firma do alienante ou do de cujus, precedida de sua própria, com a qualificação de sucessor;
- (E) na sociedade em conta de participação a espécie de nome empresarial é firma, exclusivamente, formada pelo nome patronímico do sócio ostensivo seguida do aditivo & Companhia, por extenso ou abreviado.

110

A sociedade empresária Companhia Porto Real de Alimentos Congelados pretende realizar operação para absorver uma outra sociedade empresária e sucedê-la em todos os direitos e obrigações. Com base nessa informação, analise as afirmativas a seguir:

- I. Se a Companhia Porto Real de Alimentos Congelados não for aberta, deverá obter o respectivo registro e promover a admissão de negociação das novas ações no mercado secundário, no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data da assembleia-geral que aprovar a operação.
- II. A aprovação da operação pela assembleia-geral da Companhia Porto Real de Alimentos Congelados dará direito de retirada aos acionistas desta companhia cujas ações não tenham liquidez e dispersão no mercado.
- III. Caso a Companhia Porto Real de Alimentos Congelados pretenda incorporar companhia que tenha debêntures em circulação, a operação deverá ser previamente aprovada pelos debenturistas desta, reunidos em assembleia especialmente convocada com esse fim.
- IV. As quotas ou ações do capital da outra sociedade empresária que forem de propriedade da Companhia Porto Real de Alimentos Congelados poderão, conforme dispuser o protocolo, ser extintas, ou substituídas por ações em tesouraria desta, até o limite dos lucros acumulados e reservas, exceto a legal.
- V. Se a assembleia-geral da Companhia Porto Real de Alimentos Congelados aprovar o protocolo da operação, deverá autorizar o aumento de capital a ser subscrito e realizado pela outra sociedade empresária mediante versão do seu patrimônio líquido, e nomear os peritos que o avaliarão.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III e IV;
- (D) I, II e V;
- (E) I, III, IV e V.

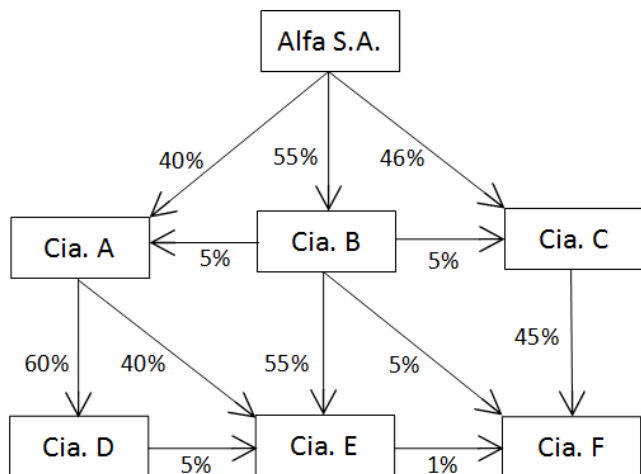
111

A Cia. Gama adquiriu, em 31/03/x1, o controle da Linhas Aéreas Épsilon S.A., que era titular de direitos de operação em aeroportos das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Ao contabilizar a aquisição da Linhas Aéreas Épsilon S.A., a Cia. Gama deverá reconhecer esses direitos:

- (A) como ativo intangível, mensurado pelo valor justo na data de aquisição;
- (B) como ativo intangível, se sua concessão for por um prazo limitado;
- (C) como ativo intangível, se puderem ser separados da Linhas Aéreas Épsilon S.A. e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados;
- (D) como ativo intangível, se a Linhas Aéreas Épsilon S.A. assim o tiver reconhecido em suas demonstrações financeiras anteriores à aquisição;
- (E) como parte do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) dessa aquisição.

112

A Alfa S.A. é uma *holding* que detém participações societárias em diversas outras sociedades. O diagrama abaixo indica, através de setas, os percentuais de participação de cada uma dessas sociedades no capital votante das outras.



Em cada uma das companhias, o restante das participações societárias, não indicadas no diagrama, é detido por um único acionista, que não é parte relacionada da Alfa S.A. e não mantém nenhum tipo de acordo de acionistas com ela. As demonstrações contábeis consolidadas da Alfa S.A. deverão incluir, como se fossem uma única entidade econômica, os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa:

- (A) da Cia. B;
- (B) das Cias. B e E;
- (C) das Cias. A, B, D e E;
- (D) das Cias. B, C, E e F;
- (E) de todas as companhias.

113

Os fluxos de caixa da Cia. Iota durante o exercício de x1 foram os seguintes, em milhares de reais:

Dividendos pagos	(1.300)
Emissão de ações	28.000
Fornecedores de matérias-primas	(50.700)
Juros pagos	(1.400)
Benefícios a empregados	(8.800)
Aquisição de imobilizado	(30.000)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(9.400)
Juros recebidos	2.700
Vendas de mercadorias e prestação de serviços	70.200
Dividendos recebidos	900
Imposto de renda e contribuição social	(2.400)
Alienação de participações societárias	2.300

De acordo como o CPC 03 (R2): Demonstração dos Fluxos de Caixa, o menor montante pelo qual o caixa líquido consumido nas atividades de investimento da Cia. Iota poderá ser apresentado é de:

- (A) R\$ 24.100.000;
- (B) R\$ 25.000.000;
- (C) R\$ 26.800.000;
- (D) R\$ 27.700.000;
- (E) R\$ 30.000.000.

114

Em 01/02/x0, a Cia. Digama adquiriu, por R\$ 3.000.000, um terreno destinado à construção de um novo armazém. De 01/02/x0 a 30/04/x0 o terreno foi utilizado como estacionamento, e a companhia faturou R\$ 70.000 durante esse período com a locação de vagas. Em 01/05/x0, a companhia pagou R\$ 25.000 de honorários aos engenheiros responsáveis pelo projeto do armazém e deu início à sua construção. Para isso, ela tomou um empréstimo de R\$ 6.000.000 junto ao Banco Zeta S.A.. Até 01/12/x0, data em que foi concluída, a Cia. Digama gastou na construção do armazém R\$ 850.000 com mão de obra, R\$ 150.000 com a preparação do terreno, R\$ 300.000 com frete e R\$ 5.000.000 com materiais de construção. Os juros incorridos sobre o empréstimo tomado junto ao Banco Zeta S.A., durante esse período, foram de R\$ 40.000, e a companhia obteve receitas financeiras de R\$ 8.000 pela aplicação desses recursos antes de efetuar os pagamentos necessários à condução da obra. De 01/12/x0 a 15/12/x0, data em que o armazém foi inaugurado, a Cia. Digama gastou R\$ 50.000 para transferir os equipamentos de um armazém antigo para esse novo armazém. Esse novo armazém deverá ser reconhecido no imobilizado da Cia. Digama pelo custo de:

- (A) R\$ 6.287.000;
- (B) R\$ 6.325.000;
- (C) R\$ 6.357.000;
- (D) R\$ 6.365.000;
- (E) R\$ 6.407.000.

115

Na primeira reunião da diretoria da Cia. Beta em janeiro de x3, foram analisados os seguintes indicadores relativos aos últimos dois exercícios sociais da companhia:

Indicador	x1	x2
Retorno sobre o patrimônio líquido	4,80%	7,43%
Retorno sobre o ativo	2,40%	3,38%
Margem líquida	2,00%	2,70%
Margem bruta	26,50%	25,30%
Giro do ativo	1,20	1,25
Alavancagem	2,00	2,20
Liquidez corrente	1,80	1,60
Perfil da dívida	30,00%	32,00%

Para manter a tendência de aumento do retorno sobre o patrimônio líquido, foram sugeridas algumas estratégias durante a reunião. Sabendo-se que a análise horizontal indicou não ter havido variação no total do ativo de x1 para x2, é possivelmente consistente com o que foi feito durante x2 a estratégia de:

- (A) diminuir a margem de lucro para aumentar o volume de vendas;
- (B) diminuir o capital de giro, ampliando investimentos de longo prazo que ofereçam maior rentabilidade;
- (C) alongar o perfil da dívida da companhia, utilizando financiamentos de longo prazo para ampliar os investimentos de longo prazo;
- (D) aumentar a participação do capital próprio no financiamento da companhia;
- (E) reduzir os custos de produção e ampliar os gastos com publicidade e propaganda.

116

Os administradores da Distribuidora de Energia Elétrica Lambda S.A. comunicaram aos auditores independentes da companhia, durante a auditoria das demonstrações contábeis relativas ao exercício de x1, sua intenção de reconhecer como ativo o direito ao aumento de tarifas em x2 para fazer frente ao aumento de seus custos não gerenciáveis durante x1. Dentre os argumentos apresentados pelos administradores da companhia aos auditores para convencê-los da adequação dessa política contábil, é consistente com uma característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira útil, tal qual definido pela Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, o de que essa política:

- (A) facilitaria o entendimento do regime tarifário ao qual a companhia está sujeita;
- (B) aumentaria a previsibilidade dos resultados da companhia;
- (C) é passível de verificação pelas autoridades tributárias e reguladoras;
- (D) é adotada pelas distribuidoras de energia dos principais mercados de capitais do mundo;
- (E) anteciparia a divulgação de informações sobre os reajustes tarifários da companhia.

117

Em 31/12/x1, o patrimônio líquido da Delta S.A. apresentava a seguinte composição, em reais:

Capital subscrito	1.700.000
Capital a integralizar	(500.000)
Reserva legal	240.000
Reserva estatutária	25.000
Total do patrimônio líquido	1.465.000

Durante o exercício de x2, os subscritores do capital social da companhia integralizaram R\$ 125.000, em caixa. O lucro líquido apurado pela companhia durante esse exercício foi de R\$ 600.000. Por proposta da diretoria da Delta S.A., a assembleia geral da companhia aprovou a constituição de uma reserva para fazer frente a prováveis perdas com multas rescisórias decorrentes do futuro encerramento de uma unidade de negócios e consequente demissão dos trabalhadores dessa unidade, no total de R\$ 100.000. Além disso, o estatuto da companhia prevê a constituição de reservas para aumento de capital, no montante de 10% do lucro líquido, limitadas ao total do capital integralizado, mas é omissa quanto aos dividendos obrigatórios. Assim, a companhia deverá distribuir a seus acionistas, a título de dividendo obrigatório relativo ao exercício de x2, o montante de:

- (A) R\$ 207.500;
- (B) R\$ 235.000;
- (C) R\$ 237.500;
- (D) R\$ 285.000;
- (E) R\$ 287.500.

118

A Comercial Kapa S.A. revende produtos adquiridos de terceiros. A companhia apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao ano de x1:

Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31/12/x1

Em milhares de reais

Receita de Vendas	648.600
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(353.000)
(=) Resultado Bruto	295.600
(-) Despesas/Receitas Operacionais	(204.000)
(-) Despesas com Vendas	(70.600)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(153.400)
(+) Resultado da Equivalência Patrimonial	16.500
(+) Outras receitas	3.500
(=) Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	91.600
(+/-) Resultado Financeiro	(3.000)
(+) Receitas Financeiras	4.200
(-) Despesas Financeiras	(7.200)
(=) Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.600
(-) IR/CSLL Correntes	(30.120)
(=) Lucro líquido	58.480

As despesas com vendas incluem gastos com comissões de vendedores, publicidade e propaganda e garantias dos produtos. As despesas gerais e administrativas incluem a remuneração do pessoal administrativo, a depreciação dos bens móveis e imóveis da companhia e os consumos de água, energia elétrica e serviços de telecomunicação. Outras receitas incluem aluguéis recebidos pela locação de propriedades da companhia. Em sua Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Comercial Kapa S.A. apresentará um valor adicionado recebido em transferência durante x1 de:

- (A) R\$ 7.700.000;
- (B) R\$ 17.000.000;
- (C) R\$ 20.000.000;
- (D) R\$ 20.700.000;
- (E) R\$ 24.200.000.

119

O Frigorífico Eta S.A. atua em três diferentes segmentos, que durante x1 apresentaram os seguintes resultados, apurados em 31/12, em milhares de reais:

	Bovinos	Aves	Suínos	Total
Vendas	10.000	6.000	8.000	24.000
Custo dos produtos vendidos	(7.000)	(5.500)	(4.000)	(16.500)
Outras despesas	(1.800)	(300)	(1.000)	(3.100)
Resultado antes dos impostos	1.200	200	3.000	4.400
Impostos sobre o lucro	(360)	(60)	(900)	(1.320)
Lucro líquido	840	140	2.100	3.080

Devido à baixa rentabilidade do segmento de aves, a direção do Frigorífico Eta S.A. deu início, em novembro de x1, a um plano para vender esse segmento de negócios, tendo iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. O segmento estava disponível para venda imediata em suas condições atuais, e a direção da companhia acreditava ser altamente provável que a venda estivesse concluída até o final do primeiro semestre de x2. Durante dezembro de x1 a direção do Frigorífico Eta S.A. passou a discutir a possibilidade de concentrar suas atividades apenas no segmento de suínos, devido a sua maior rentabilidade, e colocar à venda também o segmento de bovinos. Nas demonstrações contábeis do Frigorífico Eta S.A. relativas a x1, o resultado líquido das operações continuadas será apresentado por:

- (A) R\$ 980.000;
- (B) R\$ 2.100.000;
- (C) R\$ 2.240.000;
- (D) R\$ 2.940.000;
- (E) R\$ 3.080.000.

120

Em 04/01/x1, a Agropecuária Zeta S.A. adquiriu 150.000 Kg da Ração Z, por um custo de R\$ 1.500.000. Em 13/01/x1, a companhia adquiriu mais 50.000 Kg, por R\$ 560.000. Em 16/01/x1, a companhia vendeu 120.000 Kg, por R\$ 1.800.000. Em 25/01/x1, foram adquiridos mais 40.000 Kg, por R\$ 388.000. Em 30/01/x1, a companhia vendeu 70.000 Kg, por R\$ 1.065.000. Como a companhia não possuía estoques iniciais desse produto, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o resultado bruto da venda da Ração Z durante janeiro de x1 poderá ser apresentado por:

- (A) R\$ 905.000 ou R\$ 917.000;
- (B) R\$ 905.000 ou R\$ 922.000;
- (C) R\$ 905.000 ou R\$ 927.000;
- (D) R\$ 917.000 ou R\$ 922.000;
- (E) R\$ 917.000 ou R\$ 927.000.

Rascunho

Rascunho

Realização

